

**ATA Nº 19**

**SESSÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR  
REALIZADA EM 29 DE JUNHO DE 2020**

-----Aos vinte e nove dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte, pelas vinte e uma horas e trinta minutos, reuniu, no Salão Nobre dos Paços do Município, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Gondomar. -----

-----A Mesa foi constituída como segue: -----

-----Presidente: Aníbal Jaime Gomes Lira. -----

----- 1º Secretário: José Manuel Cardoso Alves Pereira. -----

----- 2º Secretário: Maria Teresa Rocha de Sousa Santos. -----

-----Verificou-se a presença dos Senhores Deputados: Ana Catarina de Sousa Pão Trigo, Bruno Miguel Alves Pacheco, Tiago Nelson Couto Barbosa, em substituição de Carmina Maria dos Santos Lopes, Cristina Alexandra Coelho, em substituição de Cecília Bibiana Martins da Silva, David Manuel da Rocha Santos, Diogo Alexandre Lages Augusto, António José Valpaços Magalhães, em substituição de Eugénia Maria de Sousa Braga Leite de Faria, Fernando Alicio Barreira Morais, Fernando Cerqueira, Graciano Sebastião Cardoso Martinho, Joana Daniela Baldaia de Resende, Joana Patrícia Fonseca Cardoso, João Pedro Serra Soares Forte, Licínio dos Anjos Bandeira e Silva, Luís Filipe Ramos Fernandes, Manuel António Leite dos Santos, Manuel Arnaldo Penêda Ferreira dos Santos, Manuel Fernando Martins Marques, Maria Fernanda Vieira Ferreira Rocha, Maria Leonor Almeida Alves Ferreira, Maria Olinda Soares de Moura, Maria Rosa de Sousa Oliveira, Maribel Santos Fernandes, Mário da Rocha Gonçalves, Pedro Manuel Lopes



Moura de Oliveira, Rosa da Glória Cardoso Gomes, Telmo Afonso da Mota Viana, Sara Cristina Oliveira dos Santos, em substituição de Tiago Margarido Silva Carvalho, Valentina Sanchez Silva e Vítor Cândido Coelho Guerra. -----

----- Por inerência, estiveram presentes os Senhores Presidentes de Junta de Freguesia: Francisco Alves Laranjeira (Baguim do Monte); Rui da Mota Correia (Lomba); Nuno Filipe Brito da Fonseca (Rio Tinto); Pedro Miguel Teixeira Martins Vieira (União das Freguesias de Fânzeres e S. Pedro da Cova); Isidro Ferreira de Sousa (União das Freguesias de Foz do Sousa e Covelo); António José Ribeiro Braz (União das Freguesias de Gondomar (S. Cosme), Valbom e Jovim) e Manuel José Santos Paiva (União das Freguesias de Melres e Medas). -----

**ORDEM DE TRABALHOS PARA A SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR, A REALIZAR NO DIA 29 DE JUNHO DE 2020 (2ª FEIRA), PELAS 21 HORAS E 30 MINUTOS, NO AUDITÓRIO MUNICIPAL DE GONDOMAR**

**A-** Período de Antes da Ordem do Dia

**B-** Período da Ordem do Dia

1. Discussão e votação da ata da sessão anterior (27-02-2020).
2. Propostas da Câmara Municipal de Gondomar sobre:
  - a) Conta de Gerência de 2019 e do Relatório de Gestão
  - b) 2ª Revisão Orçamental dos Documentos Previsionais para 2020
  - c) “Projeto de Regulamento do Comércio a Retalho Não Sedentário do Município de Gondomar”
  - d) Terrenos - “Resolução de Expropriar e Declaração de Utilidade Pública com carácter urgente da expropriação de três parcelas de terreno necessário à execução da primeira fase da construção de ligação entre a Rua Novais da Cunha e a Avenida Dr. Mário Soares – Gondomar” – Declaração de utilidade pública e carácter de urgência
  - e) Terrenos – Prédio urbano sito na Rua Capela da Lagoa, em Valbom – Afetação ao domínio público municipal
  - f) Terrenos – Afetação ao domínio público municipal de parcela de terreno, com a área de 345,00m<sup>2</sup>, sita na Rua Luís de Camões, em Gondomar (S. Cosme) e inclusão no inventário municipal
  - g) Terrenos – Afetação ao domínio público municipal de duas parcelas de terreno, com as áreas de 2 222,00m<sup>2</sup> e 400,00m<sup>2</sup>, sitas na Travessa de S. Miguel, na Freguesia de Rio Tinto e inclusão no inventário municipal
  - h) Alteração da delimitação da da Área de Reabilitação Urbana (ARU) de S. Pedro da Cova e Fânzeres

- i) Atividades de Enriquecimento Curricular – Procedimento concursal para o recrutamento de postos de trabalho da carreira e categoria de Técnico Superior
  - j) Instalação de esplanadas em espaços públicos – Para conhecimento
  - k) Programa Gondomar Protege – Para conhecimento
  - l) Adjudicações no âmbito do combate à pandemia COVID-19 (ao abrigo da Lei nº 12/2020, de 7 de maio) – Informação
3. Informação do Presidente da Câmara – Alíneas b) e c) do nº 2 do artigo 25º, conjugado com o nº 4 do Artigo 35º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro (fevereiro a maio de 2020)
- C- Período de Depois da Ordem do Dia.

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal,



(Aníbal Jaime Gomes Lira)

----- **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA.** -----

----- MARIA OLINDA MOURA (CDU) – Leu e entregou declaração política, sobre “A pandemia e a Covid-19)”, que adiante segue. -----

**DECLARAÇÃO POLÍTICA****A pandemia e a Covid-19**

Vivemos atualmente um momento difícil criado pela pandemia que trouxe à humanidade uma nova doença de contornos complexos para a qual se procura a cura. É mais um problema com que o mundo tem de lidar e trabalhar para encontrar a solução.

Como na grande maioria dos países afetados, Portugal teve de encontrar respostas céleres para minimizar os efeitos desta doença na saúde pública e, a cada momento, foram encontrados caminhos e procedimentos a que os portugueses foram correspondendo com a responsabilidade que lhes foi pedida, com o decisivo papel do nosso SNS e de todos os setores que continuaram a prover as necessidades básicas dos portugueses, de forma exemplar e incansável, com o risco da própria vida, como bem sabemos. A premissa propalada de que iríamos ficar todos bem, ajudou no acatar das medidas de confinamento e de sacrifícios que foram sendo pedidos ao povo português. Na verdade, queremos ficar todos bem para podermos viver as nossas vidas sem esta ameaça sanitária que nos confrange e nos assusta. Mas sabemos que, infelizmente, não vamos ficar todos bem. Para além das mortes a lamentar, a vida de centenas de milhar de portugueses não é a mesma e nunca será. É indesmentível a crise social que se instalou no nosso país com os despedimentos e recurso ao lay-off para mais de um milhão de trabalhadores. As medidas adoptadas para responder à propagação e combate à situação epidemiológica precisavam de ter sido acompanhadas de outras que impedissem, efetivamente, a imposição arbitrária de ataques aos direitos dos trabalhadores, que garantissem a interrupção e reversão da torrente de despedimentos e de cortes nos salários de quem trabalha.

Tal como o passado recente comprova, a recuperação da economia e tecido produtivo será tão mais rápida quanto mais se defenderem os direitos dos trabalhadores e se melhorarem as suas condições de vida e de trabalho. Não se recupera uma economia sem os trabalhadores, que são quem produz a riqueza e permite o desenvolvimento dos países.

Estes tempos têm-nos dado um perigoso sinal de até onde os sectores patronais estão dispostos a ir, espezinhando os direitos dos trabalhadores, transformando as relações laborais numa verdadeira “lei da selva”.

O vírus pode matar e é preciso evitar a sua propagação e defender todas as vidas, mas não podemos esquecer aqueles que têm a sua vida em risco de ser destruída porque perderam o emprego, o salário, os seus direitos individuais e coletivos. Os atropelos aos direitos e as arbitrariedades multiplicam-se. Os dados divulgados pelo IEFP revelam que no país, de fevereiro a abril (3 meses), houve um aumento de 24,6% de inscritos nos centros de emprego. Em Gondomar, a percentagem sobe para 25,4%. Perante isto, é credível continuar a afirmar-se, hipocritamente, que vamos ficar todos bem?

A situação criada em Portugal pelo surto da Covid-19 tem de colocar como primeira prioridade a adopção de medidas de prevenção e de aumento da capacidade de resposta do SNS visando o combate ao

alastamento da doença bem como a respetiva resposta clínica. Não pode haver dúvidas quanto à importância do fortalecimento e salvaguarda do SNS, enquanto pilar do País, devendo ser definitivamente derrotadas as teses dos que, ao longo dos anos, procuraram enfraquecer e destruir este serviço público.

São necessárias, igualmente, medidas imediatas de valorização do trabalho e dos trabalhadores, e de apoio aos pequenos e médios empresários que querem levar o seu barco a bom porto sem sacrificar os seus trabalhadores. E está também na hora de se dar sinais de retoma da vida e das atividades para acabar com esse amigo da pandemia que é o medo.

Com responsabilidade, seguindo todas as regras e procedimentos necessários, é urgente reiniciarmos a nossa vida e as nossas atividades. Em todo este processo é fundamental que as autarquias, nomeadamente a Câmara Municipal, deem sinais de que a vida não parou e assim evitem que o medo se instale nas suas populações. Há atividades que, paulatinamente, podem reiniciar-se, na área da cultura, por exemplo, e para a ocupação de crianças e jovens, agora que terminou o ano letivo, ou outras atividades que estavam programadas e que poderão ajudar as famílias gondomarenses a ultrapassar esta fase difícil, assegurando-se, evidentemente, medidas de proteção da saúde dos trabalhadores da Câmara e das Juntas de Freguesia, também eles merecedores do nosso reconhecimento. É imperioso atuar em muitas áreas necessárias à superação das dificuldades sentidas atualmente, como é o caso da falta de transportes que, mais do que nunca, afeta a vida dos gondomarenses, comprovando que também nesta área teríamos muito a ganhar com um serviço de gestão pública que providenciasse a segurança necessária nas viagens dos gondomarenses para o trabalho e no regresso a casa. Mas também na ação social que, mais do que nunca, precisa de trabalho de proximidade e de resolução de muitos problemas que se agravaram nestes últimos meses, ou no ambiente onde não se pode permitir a degradação dos espaços públicos ou da recolha dos resíduos, que tanto dinheiro levam mensalmente aos utentes, ou na qualidade de vida das pessoas, sendo preciso medidas muito concretas para permitir que as populações usufruam de um descanso e lazer com qualidade nas praias fluviais, que infelizmente foram novamente desclassificadas.

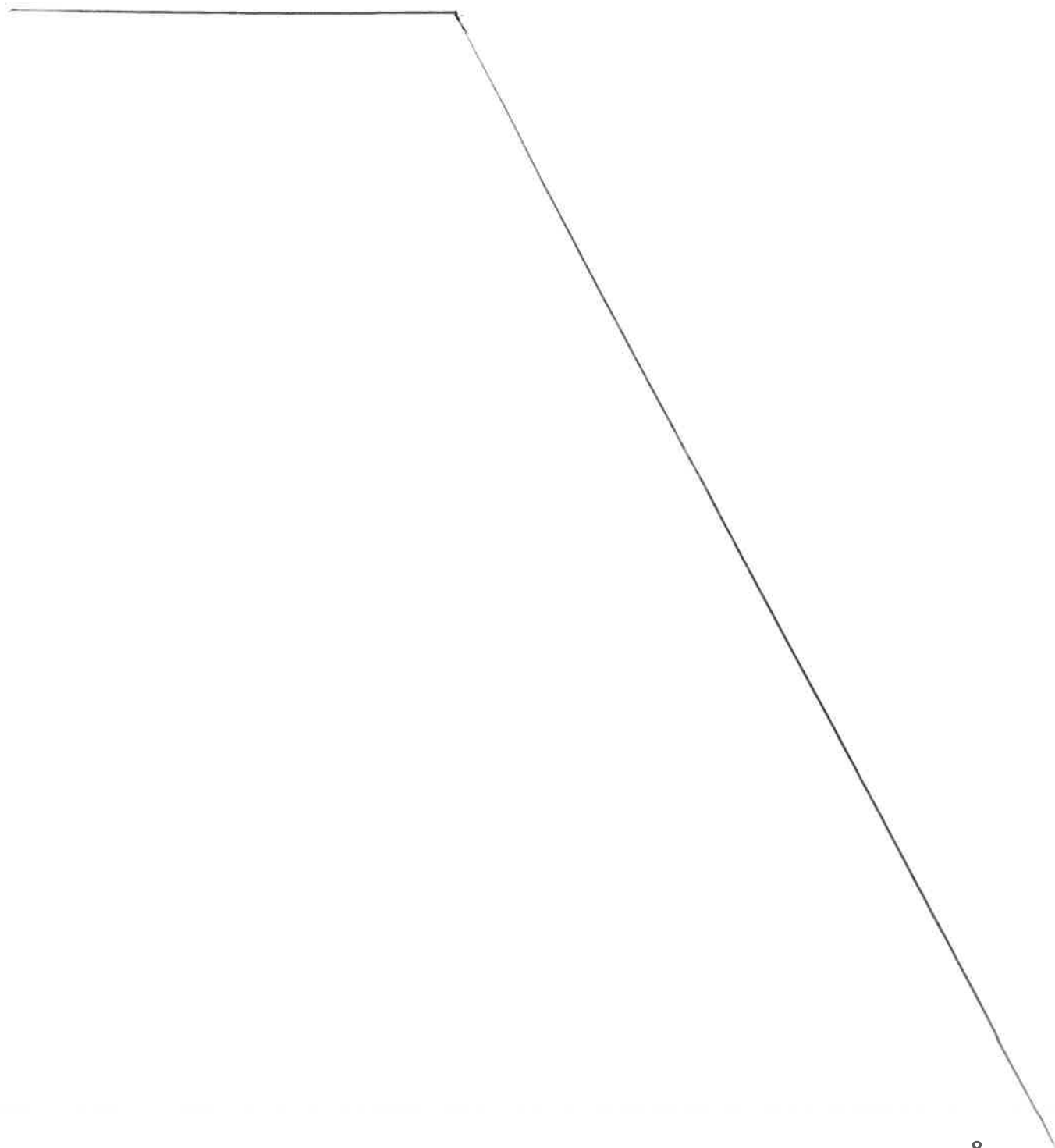
Em suma, é preciso trabalhar. Não podemos permitir que a vida pare, agarrando-nos a desculpas sem sentido. O dever das autarquias, a começar pela Câmara de Gondomar, é cuidar da vida dos gondomarenses. E, para o bem, pode sempre contar com a CDU.

Assembleia Municipal de Gondomar, em 29 de junho de 2020

P1 O Grupo Municipal da CDU



----- CRISTINA COELHO (CDU) – Leu e entregou uma moção, “Pela redução do custo da água e saneamento em Gondomar”, que adiante segue. -----



**MOÇÃO****Pela redução do custo da água e saneamento em Gondomar**

Considerando que:

Em Gondomar, os preços praticados pelos serviços de água e saneamento são dos mais elevados da área metropolitana do Porto e do país.

A empresa Águas de Gondomar (AdG), a quem foi concessionado o Sistema Municipal de Abastecimento de Água e Drenagem e Tratamento de Águas Residuais de Gondomar, faz publicidade ao facto da água da torneira em Gondomar ser reconhecida pela Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR) como 100% segura para consumo humano. Mas não divulga que essa mesma entidade tem reiterado pareceres desfavoráveis sobre as propostas das actualizações tarifárias, propondo a sua redução. Em 2019, esta entidade dizia que o "tarifário de referência não está correcto". Afirmando que "entende fundamental recordar da necessidade de esclarecer o valor e devolução dos montantes cobrados indevidamente nos anos 2014 e seguintes".

Contudo, por decisão da maioria PS na Câmara Municipal de Gondomar (CMG), em 2019, tal como vem sendo prática, foram aprovados novos aumento do preço/tarifas de água e saneamento, contrariando assim os pareceres negativos da ERSAR.

Repetidamente, é referido que a actualização de tarifários se deve à necessidade de assegurar a viabilidade da concessão. No entanto, no final de cada ano, a empresa AdG apresenta elevados lucros, 2019 não foi excepção. Daí parece-nos inegável que face aos ganhos obtidos, a viabilidade do negócio nunca esteve ou estará em causa.

Muitos dos investimentos programados pela empresa AdG continuam por concretizar e contabilizar, com consequências directas na qualidade de vida dos Gondomarenses, sendo de destacar que, quando muitos municípios deste país estão a renovar a sua rede de saneamento, em Gondomar, continuamos a assistir ao adiamento dos investimentos.

O mau funcionamento de muitas das Estações de Tratamento de Águas Residuais (ETAR's) como, por exemplo, a de Gramido, não pode continuar a ser negligenciado ou branqueado com pseudo-investimentos que não são consequentes, continuando tudo na mesma em prejuízo da qualidade de vida dos munícipes.

Os Gondomarenses, em consequência do surto epidémico de Covid-19, estiveram mais tempo em casa, consumiram mais água e, por isso, receberam facturas com valores mais elevados. Mesmo assim por parte da CMG e da empresa AdG não houve qualquer medida de alívio para os habitantes. Noutros concelhos, por decisão das autarquias, foram anunciadas medidas de alívio nos valores das facturas de água, saneamento e lixo. Em Gondomar não.

A água é um bem público essencial, a sua gestão não se coaduna com a perspectiva da obtenção de lucro por uma empresa privada. Como serviço público essencial deve ter uma gestão pública e participada. Por isso, a CDU esteve contra a privatização deste serviço e continua frontalmente contra a sua gestão.

A gestão privada dos serviços de água e saneamento têm consequências muito desastrosas para o concelho e, em particular, para o custo de vida dos Gondomarenses.

Face ao exposto, a Assembleia Municipal de Gondomar, reunida a 29 de Junho delibera:

- 1) Exigir à empresa Águas de Gondomar o cumprimento das recomendações da ERSAR, designadamente na redução das suas tarifas;
- 2) Instar a CMG para que tenha uma outra atitude, colocando sempre no centro da negociação os investimentos adiados e os valores da água e saneamento;
- 3) Que a empresa reduza as tarifas do 2.º e 3.º escalões;
- 4) Exigir ao executivo da Câmara Municipal de Gondomar a criação de uma Comissão de Acompanhamento à Concessão, com a participação de todas as forças políticas;
- 5) Recomendar que a CMG se prepare para o processo de reversão da concessão, estudando todas as dimensões do seu impacto.

A moção deve ser enviada:

- 1 – Águas de Gondomar
- 2 – Câmara Municipal de Gondomar
- 3 – Órgãos de Comunicação Social

Gondomar, Assembleia Municipal, em 29 de Junho de 2020

Rel.º O Grupo Municipal da CDU

*Cristina Coelho*



----- PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL – Senhora Deputada já esgotou o seu tempo. Eu avisei de início, o Grupo da CDU tinha direito a oito minutos, já gastou dez minutos, portanto os Senhores Deputados que estavam inscritos, o Senhor Deputado Valpaços e o Senhor Deputado Luís Fernandes, já não têm tempo no período de antes da ordem do dia. Relativamente à Mesa é cumprir o Regimento e a CDU já esgotou o tempo. Para mim é desagradável, porque disse que não a uma pessoa do Grupo a que pertença. Têm que gerir melhor o tempo, já gastaram mais dois minutos. -----

----- BRUNO CARVALHO (BE) – Gostaria de colocar algumas questões ao Executivo e já agora esclarecer a questão que foi enviada pela Assembleia. O email que foi enviado pela Assembleia foi a uma única proposta que foi feita pelo Bloco de Esquerda que tinha a ver com a realização de uma Assembleia extraordinária, para discutir unicamente o Plano de Contingência que estava a ser aplicado pelo Executivo, relativamente à questão da pandemia e que a mesma fosse enviada a todos os Grupos Municipais para ser discutido e todos pudessem deliberar sobre a mesma e se fosse intenção fazer essa tal Assembleia, isto foi uma resposta a uma única proposta por parte do Bloco e a uma questão que o Bloco levantou relativamente a todas as outras que foram levantadas, temos pena que ainda não tenham chegado essas respostas. Relativamente às questões que gostaria de levantar, tem a ver com questões que o Bloco de Esquerda levantou durante este período e algumas foram respondidas. Outras não foram tão esclarecedoras, uma delas tem a ver com as questões dos planos de ação social. O Bloco de Esquerda tinha feito uma proposta para o alargamento dos programas do “Social +” e que nesse caso o executivo tivesse em conta uma revisão dos critérios aplicados à situação da pandemia, o Bloco de Esquerda



enumerou três que não são previstos na aplicação deste programa. Uma era de que um trabalhador que anteriormente à crise estivesse despedido, ou em mudança de emprego, ou para emigrar, que fosse contemplado nos critérios de adesão a estes programas, outra é a de um trabalhador independente que não tem direito aos apoios da segurança social, pudesse ser inserido na candidatura a estes programas e outra a de um trabalhador que foi despedido num período experimental e por não ter tempo suficiente de descontos também pudesse ser incluído nesses programas. Outra questão, tem a ver com o intercetor da ETAR do Meiral, sobre a situação que se passou no mês de maio, o porquê da avaria e o porquê de uma intervenção que durou vinte dias, qual foi afinal a gravidade e sendo a obra uma propriedade pública e neste caso sendo a gestão da Câmara, se detetou algum problema na obra e se o comunicou e se não detetou, quem é que é responsável pela mesma. Por último, outra questão tem a ver com o CROAG, relativamente ao acolhimento dos animais durante a situação pandémica. -----

----- SARA SANTOS (BE) – Leu e entregou os seguintes documentos, que adiante seguem: -----

----- Moção “Contra a atuação da TAP e a desqualificação do aeroporto do Porto”; -----

----- Recomendação sobre a “Atribuição automática da tarifa social da água e resíduos; -----

----- Moção sobre o “Repúdio pela violência racista e xenófoba”. -----



Bloco de Esquerda

Assembleia Municipal de Gondomar

apoiado e/ou votos  
contra PSD e  
do CDS  
DTC. 2

29. JUN 2020

## MOÇÃO

### Contra a atuação da TAP e a desqualificação do aeroporto do Porto

As intenções da TAP de reduzir os voos internacionais com partida do Aeroporto do Porto para apenas 2 (Luxemburgo e Paris), quando forem retomadas as ligações aéreas canceladas pela pandemia, são um exemplo de desprezo pela região do Porto. E geraram manifestações de desagrado de entidades e figuras públicas do Norte. Foi até apresentada uma providência cautelar contra um auxílio financeiro do Estado à TAP. Mas deve perguntar-se: **como foi possível transformar o Aeroporto do Porto, o mais bem equipado de todo o noroeste peninsular após investimentos públicos de mais de 500 milhões de euros, e que desde 2007 ganhou vários prémios internacionais, numa espécie de apeadeiro a caminho de Lisboa?**

Ainda há dez anos, no aeroporto do Porto, a TAP e outras companhias de bandeira representavam quase 50% do movimento de passageiros. Agora, a situação é muito diferente. De acordo com os dados da ANAC – Autoridade Nacional de Aviação Civil – a quota da TAP no aeroporto do Porto passou de 35% dos passageiros para apenas 20%, uma quebra superior a 40%. Pelo contrário, a Ryanair passou a ter a maior quota de passageiros do aeroporto do Porto (35%), garantindo, em conjunto com a Easyjet, outra companhia de baixo-custo, mais de 46% dos passageiros, ou seja, o dobro dos transportados pela TAP e outras companhias de bandeira.

Primeiro, foi a privatização da TAP como companhia aérea; depois, a privatização da ANA como gestora aeroportuária. Assim se deram grandes passos para a desqualificação do aeroporto. E se juntarmos àquelas desastrosas escolhas políticas de governos do PSD e CDS-PP a posição de reverência de muitos entidades da região – incluindo autarcas – pelas companhias de “baixo-custo” e pela sua lógica de funcionamento, então tudo fica mais claro: **privatizações e favorecimento das companhias de baixo-custo criaram uma situação que está a conduzir o aeroporto do Porto à irrelevância.**

É que a lógica de negócio das companhias low-cost, quer na fixação das rotas (não fazem ligações diretas entre as principais cidades), quer na organização dos aeroportos (estacionamento de apenas 30 min. entre a aterragem e descolagem), entra em choque com o funcionamento das companhias de bandeira e leva à desqualificação daquelas infraestruturas. A região do Porto já teve uma demonstração dramática do que significa o domínio operacional de um aeroporto pelas companhias de baixo-custo: na candidatura a sede da Agência Europeia do Medicamento (AEM), obteve boas classificações em 5 dos 6 exigentes critérios de seleção, mas o que ditou a derrota da cidade do Porto face a Amsterdão foi a **fraca conectividade de voos entre capitais europeias**: “*poor flight connectivity to other EEA capital cities*” na expressão da comissão de análise às 19 candidaturas.

Ainda há tempo para travar este ataque contra o aeroporto do Porto levada a cabo pelo capital financeiro que comanda a TAP e a ANA.. Assim, a Assembleia Municipal de Gondomar reunida em sessão ordinária em 29 de Junho de 2020, DELIBERA:

1. **Exprimir a sua indignação pelo tratamento discriminatório que a TAP e a ANA têm dado ao Aeroporto do Porto;**
2. **Reclamar a intervenção do governo para que seja restabelecido o papel do aeroporto do Porto como hub de todo o noroeste peninsular, prevendo para tal objetivo a nacionalização da TAP.**

Os representantes do BE

29. JUN 2020

B.E.

DTC. 3



**Assembleia Municipal de Gondomar**

## **RECOMENDAÇÃO**

### **ATRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA DA TARIFA SOCIAL DA ÁGUA e RESÍDUOS**

Considerando que:

- i) Perante a crise pandémica da Covid-19, quem vive e trabalha no município de Gondomar está a responder positivamente e a adaptar os seus comportamentos a esta nova realidade;
- ii) As pessoas compreendem a importância de alterar os seus hábitos e proteger a comunidade da ameaça que hoje enfrentamos no concelho, em Portugal e no mundo;
- iii) São muitas as mudanças e as incertezas que se levantam nas variadas áreas no que diz respeito aos direitos, garantias e proteção, sendo, neste contexto, a primeira responsabilidade das autarquias a de responder a quem está mais vulnerável e viu os seus rendimentos reduzidos;
- iv) O papel da Câmara Municipal passa pelo esforço de coordenação e mobilização no combate à pandemia, assim como pela criação de uma primeira linha de respostas fundamentais;
- v) Muitas famílias se encontram em situação de carência económica, provocada ou agravada pelos efeitos económicos e sociais da pandemia Covid-19 que ainda vivemos, situação que faz com que muitas delas tenham dificuldades em cumprir o pagamento das despesas fixas, entre elas a fatura de água;
- vi) A instituição de uma Tarifa Social da Água, Saneamento e Resíduos foi uma medida importante para muitas famílias carenciadas do concelho, isentando-as do pagamento de tarifas fixas e aumentando a quantidade de água definida como primeiro escalão de consumo.



vii) Contudo, a aplicação desta tarifa social ainda é dependente de um moroso e complexo processo burocrático, dependente da iniciativa dos consumidores, fazendo com que o número de beneficiários seja manifestamente inferior ao universo potencial de pessoas singulares e agregados familiares elegíveis para esta tarifa de valor reduzido;

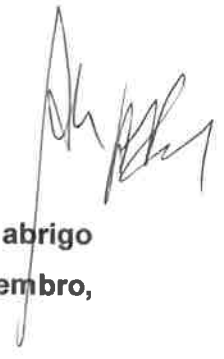
viii) Está disponível através da Direção Geral da Administração Local a adesão ao mecanismo público da Plataforma de Interoperabilidade, que permite a aplicação automática do desconto da tarifa social nas faturas de todos os agregados com vulnerabilidade económica identificados no município com base nos dados da Autoridade Tributária e da Segurança Social, tal como já sucede na atribuição da tarifa social da energia;

x) A entidade reguladora dos setores da água e resíduos (ERSAR) já em 2018, em Recomendação aos municípios, realçou a “clara vantagem, para as partes envolvidas, da atribuição automática da tarifa social a todos os consumidores elegíveis nos termos legalmente definidos, e que correspondem a pessoas singulares que se encontrem em situação de carência económica, tomando por referência, nomeadamente: i) serem beneficiários do complemento solidário para idosos, do rendimento social de inserção, do subsídio social de desemprego, do abono de família, da pensão social de invalidez, da pensão social de velhice ou ii) pertencerem a um agregado familiar que tenha um rendimento anual igual ou inferior a 5 808 €, acrescido de 50% por cada elemento do agregado familiar que não afigure qualquer rendimento, até ao máximo de 10”;

xi) Nota ainda a ERSAR que, uma vez que o regime de tarifa social aprovado em 2017 apenas incide sobre o serviço de abastecimento público de água e de saneamento de águas residuais urbanas, e “sendo também a gestão de resíduos urbanos um serviço público essencial, a ERSAR considera que dever-se-ão aplicar as mesmas regras em matéria de tarifa social, em particular no que respeita ao universo de utilizadores elegíveis.

xi) O Decreto-Lei n.º 147/2017 estabeleceu o regime de atribuição de tarifa social, a atribuir pelo município territorialmente competente e a aplicar a clientes finais do fornecimento dos serviços de águas. O referido decreto possibilita que a atribuição desta tarifa se proceda de forma automática, não carecendo de pedido ou requerimento. Para esse efeito, os municípios obtêm a informação sobre a elegibilidade dos potenciais beneficiários, mediante o número de identificação fiscal do titular do contrato e do código do local de consumo, através da DGAL, que para este efeito consulta os serviços competentes da Segurança Social e da Autoridade Tributária e Aduaneira (AT);

29. JUN 2020




**Assim, a Assembleia Municipal de Gondomar, reunida a 29 de Junho de 2020, ao abrigo do artigo 25.º, n.º 2, alíneas j) e k) do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, delibera:**

- Propor à Câmara Municipal de Gondomar que delibere tornar a atribuição da Tarifa Social da Água automática através dos mecanismos previstos para o efeito, dispensando a apresentação de requerimento, nos termos do Decreto-Lei n.º 147/2017.



29. JUN 2020

*afm de 20 e/10*  
*abstenções*  
*JCC*  


## MOÇÃO

### Repúdio pela violência racista e xenófoba

Um relatório da Europol publicado há dias alertava para crescimento na Europa e em Portugal de atuações racistas e violentas por parte de grupos de extrema-direita.

Há 25 anos, nas primeiras horas do dia 11 de junho de 1995, foi brutalmente assassinado Alcindo Monteiro. Tinha 27 anos, trabalhava numa oficina de reparação de automóveis. Natural da cidade de Mindelo em Cabo Verde, residia no Barreiro desde os 11 anos. Foi violentamente espancado na rua Garrett em Lisboa com soqueiras e outros objectos contundentes, por um grupo de dezenas de elementos da extrema-direita. Por um único motivo: a sua cor de pele.

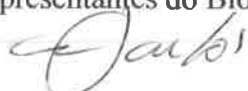
Alcindo Monteiro não foi a única vítima mortal em Portugal dos “skin-heads”. Já em 28 de outubro de 1989 José Carvalho tinha sido mortalmente esfaqueado na rua da Palma em Lisboa.

25 anos depois do assassinato de Alcindo Monteiro, a extrema-direita quer impor a violência, o racismo e a xenofobia na sociedade portuguesa. Não podemos deixar que tal aconteça.

Também nos últimos dias, em diversos locais do país, foram vandalizados edifícios públicos. “Europa aos europeus” e “Morte aos refugiados” foram algumas das frases pintadas em escolas e num centro de acolhimento a refugiados.

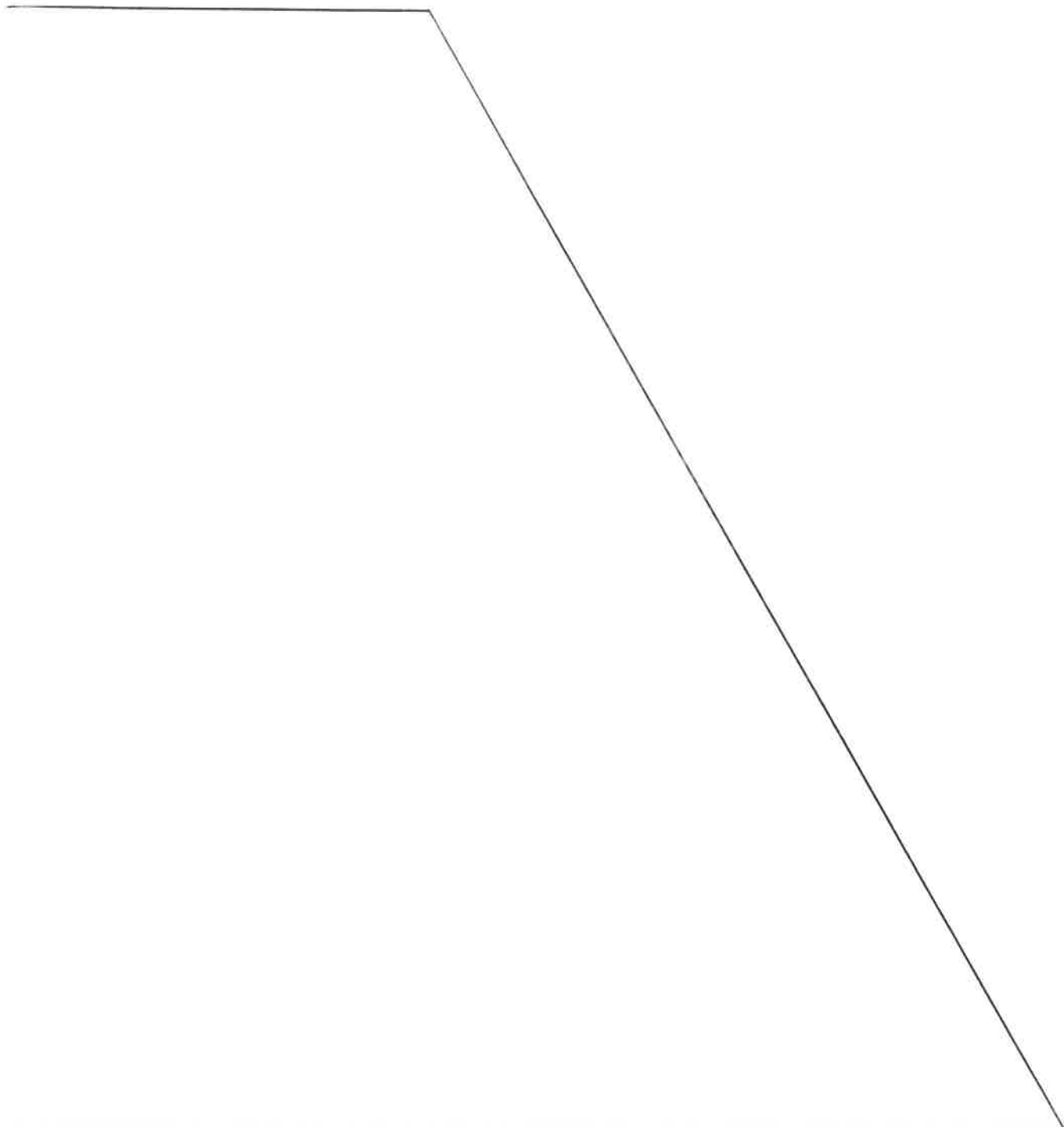
Perante tais factos, que atentam contra a democracia e a liberdade conquistada no 25 de Abril, a Assembleia Municipal de Gondomar, reunida em sessão ordinária em 29 de Junho de 2020, delibera:

- **Expressar o seu repúdio por qualquer atitude de violência e ódio racial na sociedade portuguesa;**
- **Reclamar a responsabilização e punição dos autores morais e materiais das inscrições racistas e xenófobas em escolas e num centro de acolhimento a refugiados**





----- O Grupo Municipal da CDU, entregou documento à mesa da Assembleia, sobre “Praias do Concelho e qualidade da água”, para se remetido à Câmara Municipal, que adiante segue. -----





## Praias do concelho e qualidade da água

O Rio Douro é um dos principais recursos naturais da região, tendo o território de Gondomar o privilégio de ser atravessado por ele, dando aos gondomarenses não só a oportunidade de apreciar a beleza das suas magníficas paisagens, como aproveitar todo o seu potencial para o desenvolvimento do concelho, tendo a oportunidade de potenciar a promoção do turismo cultural, desportivo e de lazer.

- Infelizmente, em 2020, e à semelhança de anos anteriores, o conselho de Gondomar depara-se com a desqualificação <sup>de Grande Parte</sup> das suas zonas balneares.

Ao longo dos anos a CDU tem vindo a alertar para este grave problema, e para a urgência da defesa deste importante recurso natural, para que o mesmo possa ser colocado ao serviço das populações e do desenvolvimento do concelho e de toda a região. É fundamental garantir a sua preservação e a sua correta gestão, sendo a qualidade da água um dos principais indicadores de tais propósitos, bem como da saúde de todo o seu ecossistema.

Na nossa opinião é fundamental que exista uma posição articulada entre as Autarquias, a APA, o Ministério do Ambiente, a Autoridade Marítima, e as empresas que exploram os recursos do Rio, de forma a identificar os focos de poluição, bem como encontrar caminhos sustentáveis para a resolução deste problema.

- A CDU além de demonstrar mais uma vez nesta assembleia a sua preocupação com este tema, gostaria ainda de propor ao executivo a realização, neste período de análises, um estudo aprofundado de forma a identificar as causas da poluição.

Consideramos que esta seria a melhor altura para ser realizado este estudo, uma vez que devido à pandemia a circulação lúdica e comercial abrandou tão significativamente, que seria possível perceber se realmente o principal foco de poluição se deve à circulação de embarcações e possíveis despejos ilegais das mesmas, como defende o executivo em funções, ou ao deficiente funcionamento das ETAR's associado à falta de investimento e a um processo de privatização dos serviços de águas e saneamento.

Os eleitos da CDU gostariam ainda de levantar questões ao executivo a cerca de como irá decorrer a época balnear no conselho, e sobre o trabalho que está a ser desenvolvido:

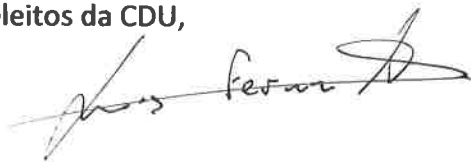
- A desqualificação das praias <sup>de zebraireiro e melres</sup> do concelho como zona balneares para 2020 deve-se à má qualidade da água (como nos anos anteriores) ou ao facto de estas praias terem desqualificadas anos consecutivos?
- Quais as medidas que a CM de Gondomar, tomou no último ano para identificar e resolver focos de poluição no rio Douro?
- Tem existido articulação com as autarquias vizinhas, com o Ministério do Ambiente, com a APA e com as empresas que exploram os recursos do Rio?



- Tendo em consideração que a época balnear de 2020 já abriu, como pretende a CM de Gondomar informar as populações sobre os riscos de saúde que correm ao banharem-se nas águas do rio Douro?
- Está previsto vigilância dos areas de forma a sensibilizar os banhistas para não irem ao banho, e fazer também um controlo de lotação das praias, garantindo a segurança dos seus utilizadores tendo em conta a situação pandémica que o país atravessa?

Gondomar, 16 de setembro de 2019

Os eleitos da CDU,




29. JUN 2020



Asssembleia Municipal

----- LEONOR FERREIRA (PS) – Leu e entregou “Moção de Congratulação – Medidas Excecionais Covid-19”, que adiante segue. -----

Doc. 5  


## **Moção de Congratulação- Medidas Excepcionais Covid-19**

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Gondomar, expressa publicamente o seu agrado e satisfação pelo trabalho desenvolvido por todos que estiveram envolvidos no combate á Pandemia Covid-19 e a ação no terreno dos profissionais que desde o primeiro momento estiveram na linha da frente: os profissionais da saúde, proteção civil, área social, forças de segurança, bombeiros, IPSS's e das autarquias (Câmara e Juntas de Freguesia) assim como muitos outros.

Se nos tivessem dito há alguns meses, que teríamos de aprender a viver confinados às nossas casas, usar máscara para podermos sair á rua, que teríamos de manter uma distância de segurança e que não podíamos cumprimentar os nossos amigos e familiares, não acreditaríamos, é algo completamente saído de um filme de ficção, infelizmente é a nossa nova realidade á qual nos temos vindo a adaptar.

A pandemia Covid -19, alterou as nossas vidas, o nosso país e até a forma como hoje vemos o mundo.

A situação excecional que se vive e viveu, impôs ao país a necessidade de adotar medidas urgentes de modo a minimizar os riscos de propagação em massa, medidas essas que afetaram a economia das famílias e empresas, e conduziram a um decréscimo da produtividade assim como da economia, ao aumento da precariedade no emprego, diminuição dos rendimentos nas famílias e ao conseqüente agravamento das suas condições financeiras e sociais.

Neste contexto de emergência social o executivo da Câmara Municipal de Gondomar, ciente da sua responsabilidade na proteção e defesa de toda a sua população, mas principalmente dos mais vulneráveis, implementou e coordenou em colaboração com diversas entidades:

- **Contacto com 18.500 Municípes integrados no Programa “IDADE D'OURO”:** para avaliação de necessidades.
- **Na Rede “GONDOMAR PROTEGE”** - foi implementado:

- **SOS Medicação;**
- **SOS. Compras;**
- **SOS Cabaz** -que com a colaboração da Cruz Vermelha foram entregues + de 250 cabazes;
- **SOS Refeição:** em que foram entregues + de 9.500 refeições ao domicílio, com apoio em transporte das Juntas e Uniões de Freguesia.
- **Foram ainda tomadas medidas de apoio excepcionais:**
  - **O Programa Social** + para apoiar agregados familiares em situação de carência;
  - **Isenção do pagamento de renda** nos conjuntos habitacionais municipais, por 3 meses;
  - **Distribuição de Equipamentos de Proteção Individual** às IPSS, Forças de Segurança, Bombeiros e Serviços de Saúde;
  - **Apoio em combustível** às IPSS's e Corporações de Bombeiros;
  - Foi Implementado o **projeto “Voluntári@s D'Ouro”;**
  - **Foram realizados Testes à Covid-19:** em lares, equipas que prestam apoio domiciliário e creches;
  - Foi criada a **linha de apoio ao município;**
  - **O apoio ao ACES para criação de área ao covid-19;**
  - O apoio na **implementação de centro de testagem Covid - drive-thru;**
  - **A criação de 2 estruturas temporárias de apoio covid-19;**

**Foram também implementadas medidas no setor económico como:** a isenção do pagamento de rendas das empresas no GoldPark e dos bares concessionados da autarquia assim como dos espaços nos mercados, feiras e isenção das taxas de publicidade. Como medida adicional para o apoio aos estabelecimentos da área da restauração foi permitido a ocupação de espaço público para a criação de esplanadas. A recolha dos resíduos sólidos aos municípios foi reforçada assim como a desinfeção dos equipamentos e da via pública.

O combate ao Covid-19 ainda não terminou, no entanto não pode o Grupo Parlamentar do Partido Socialista deixar passar esta oportunidade para reconhecer, valorizar e saudar todo o esforço feito por esta Câmara para diminuir os efeitos desta pandemia no nosso concelho.

Queremos também valorizar e reconhecer o trabalho de todos os que direta ou indiretamente estiveram envolvidos no combate á Pandemia.

Neste sentido, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe:

- 1: Aprovar um voto de congratulação á Câmara Municipal de Gondomar pelas medidas extraordinárias implementadas e a todos os que estiveram e estão envolvidos no combate á Pandemia;**
- 2: Manifestar a nossa solidariedade às vítimas do Covid-19;**
- 3: Congratular a população de Gondomar, no cumprimento das regras sanitárias, para suster o aumento do contágio.**

Gondomar 29 de junho de 2020

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista

Luís João Lopes  
Luís Rosário  
Diogo Augusto  
Tiago  
Joana Resende  
Ana Rita Trigo

29. JUN 2020



Assembleia Municipal

----- MÁRIO GONÇALVES – Queria perguntar ao Executivo, porque já em algumas Assembleias, pus uma situação que se passa na Estrada D. Miguel, em frente à Santa Casa da Misericórdia, está lá um semáforo que fecha, apaga, fecha, apaga, é muito difícil atravessar lá um peão e sei do que falo, se houver dúvidas vamos lá fazer o teste, e continua na mesma. Ou os membros da Assembleia já não representam Gondomar porque um membro da Assembleia é sempre um fiscal de Gondomar e colaborar com o executivo, a resposta até hoje é zero, continua lá na mesma, a não ser, e vou dizer uma coisa que não acredito, que o nosso executivo tenha comissão do CO2 que lá se gasta no para e arranca, devem ser umas toneladas no final do ano. Gostava que o Executivo me explicasse. Lombas, veem-se ruas com lombas e na minha ótica, peço desculpa se estiver errado, parecem lombas feitas na Rua da Nossa Senhora da Desgraça. Ofereço-me como voluntário, fica aqui a minha palavra deste testemunhal, eu ofereço o asfalto, os paralelos e a areia, o executivo dá a mão de obra, pessoal e engenheiros, já tenho ideia de uma rua com uma reta onde passe pouco trânsito para fazermos daquilo um laboratório, fazemos lá uma lomba, arranjamos um carro de cilindrada baixa e depois um carro de cilindrada alta e depois um camião, fazemos daquela situação laboratório e vão lá para aprender alguma coisa. Andei um bocado por África e isto são lombas à terceiro-mundista. Águas, falei aqui a mesma coisa das tampas e ouvi o requerimento da CDU, segundo o que percebi a companhia das águas ganhava milhares. Isto é o concelho das tampas, do “chek-pam”, são tampas desniveladas por todo o lado, se é verdade o que disseram os camaradas da CDU no requerimento, que ganham milhares, que ganham bem, chamava a atenção ao executivo para que atuem, para que cumpram. Racismo, foi uma coisa que não vou discutir porque eu sou racista a cem por cento e



quem não é racista é fraco ser humano. Dúvidas para não estarmos a ocupar tempo que o Senhor Presidente está ali a controlar, vamos lá fora e falamos isso. Raça no planeta só há uma, a raça humana, defendo a minha raça, sou racista. O clima dá as cores, a zona onde a nossa mãezinha nos deu à luz no Planeta Terra dá-nos hábitos e culturas, o racismo é emprego para tachistas, para os de cor amarela como nós e para os de cor escura, como estou a pagar ordenado a uma bestinha, a uma malcriada, que apareceu aí, a um ou dois, vejo às vezes no “face” e nas televisões. O bandido da América que o mataram, o que foi muito mau precisava de meia dúzia de balas acho que só levou uma, quer dizer, assaltou uma mãe e isto é das televisões, não é meu, assaltou uma mãe com o filho ao lado, o que é que aquele filho deve ter sofrido. Procedeu mal, se tivéssemos políticos à altura, um cidadão estrangeiro, recebê-los tudo bem, procedeu mal é entregá-lo na embaixada dele, o problema é que a embaixada que o despache para lá porque eu não estou para pagar transportes a bandidos que aparecem aí. A TAP, como sabemos, somos governados por políticos e há políticos que têm capacidade para governarem num capoeiro de galinhas, antigamente os partidos andavam a pintar cartazes, agora andam ali a ver se arranjam um “tachinho”, temos quinze por cento, análise minha, de políticos no país de categoria, o resto é só chulos. Tenho que dizer ao nosso executivo que tem o meu apoio e a minha admiração por uma coisa que estão a fazer em Gondomar. Estou nos arredores da política já há muitos anos, o primeiro executivo, que eu vejo, que em vinte, trinta anos, que mexeu em ruas onde nunca ninguém ligou. E este executivo tem mexido e na Freguesia de S. Pedro da Cova, mexeu numa zona abandonada há anos, é uma zona meia clandestina, este executivo está a

mexer em freguesias mais escondidas um bocadinho das altas centrais dos votos, estão lá a fazer obras que são necessárias. -----

----- VALENTINA SANCHEZ (PSD) – Leu e entregou documento sobre a Freguesia da Lomba, que adiante segue. -----



29. JUN 2020

Partido Social Democrata

## PAOD - 29-06-2020

O Partido Social Democrata tem defendido, sempre, uma atenção especial para o Alto do Concelho e para estes territórios enquanto parte de uma estratégia de fixação das populações e de atratividade para territórios de densidade reduzida. Por esse motivo, tendo sido confrontada com alguns assuntos carreados por parte de fregueses da Lomba questiona a Câmara Municipal de Gondomar (CMG) de forma a que se equacione a sua resolução e/ou encaminhamento para as entidades responsáveis:

- **Despertar Lomba – Centro Integrado de Apoio Sociocultural** – Questionamos se tem conhecimento dos problemas de infiltração do edifício e se está prevista alguma intervenção ao nível da infra-estrutura e equipamentos por forma a melhorar o espaço e de quem o utiliza.

- **Conjunto Habitacional da Lomba** – Para quando intervenção neste edifício, uma vez que o mesmo se encontra em estado grave de degradação??? Estará o executivo à espera de um acidente grave??? Estão cientes das questões colocadas pelos residentes naquele conjunto habitacional: solução para pessoas com mobilidade reduzida, designadamente, para terem acesso aos andares superiores; problemas de humidades, fissuras, falta de capoto, problemas estruturais graves estando algumas estruturas já suportadas por escoras metálicas – entre muitas outras questões. Está prevista alguma intervenção naquele edifício? Há data prevista para a mesma? O que está previsto? O que possamos fazer amanhã poderá já ser tarde como podem comprovar pelas fotos, uma vez que o estado do edifício está extremamente degradado tanto no exterior como no interior das habitações.

- **Praia da Lomba** – É o grande cartão-de-visita da freguesia mas, em grande medida, de Gondomar. Pelo que deve ser devidamente cuidada de forma a que possam ser amplamente usufruídas por turistas. Este executivo não apresenta qualquer plano estratégico para a Praia da Lomba e só se lembra da mesma na altura da abertura da época balnear talvez para poder receber a renda do concessionário. A verdade é que em ano de Covid-19 o executivo devia se ter

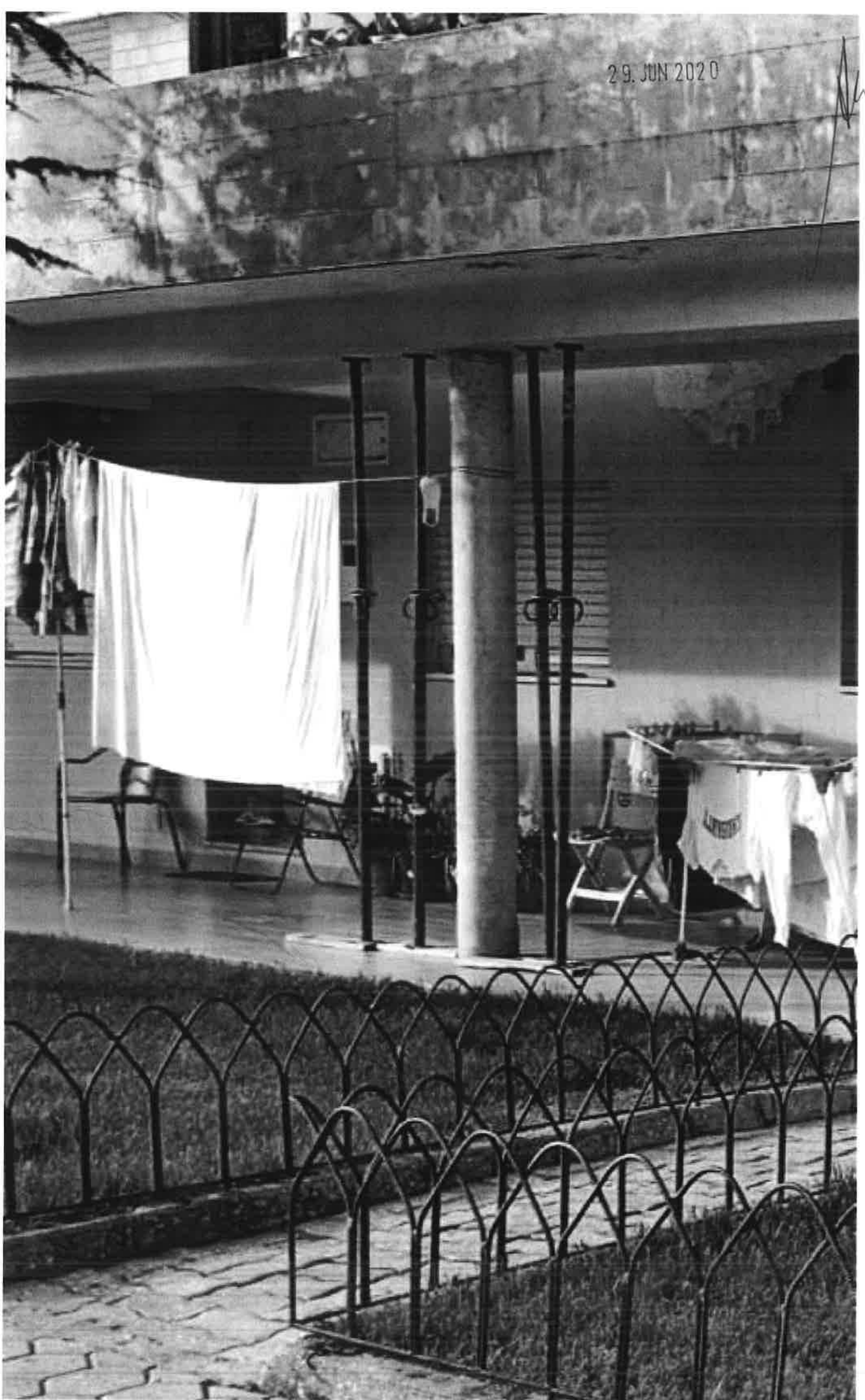


29. JUN 2020

## Partido Social Democrata

precavido para colocar todas as condições na Praia atempadamente, a verdade é que ao dia de hoje pouco fizeram além da retirada de equipamentos para desincentivar o campismo selvagem, colocação de placas de proibição desse campismo, limpeza do areal (era o mínimo exigível) e a colocação de umas barreiras para impedir entrada de viaturas no areal, mais nada fizeram. É essencial exigir/revindicar mais policiamento para o local por forma a garantir a segurança de quem frequenta a praia e desincentivar o campismo selvagem. Revindicar junto da empresa de recolha de lixo uma maior frequência na recolha do mesmo. O executivo tem que deixar de olhar para a praia a poucos dias da abertura da época balnear e começar a preparar a época balnear seguinte quando uma termina. Mas sobretudo é hora de olhar para a praia da Lomba com um plano estratégico que a dinamize e potencialize a curto e longo prazo.

29. JUN 2020



29 JUN 2020

4/2/20



29 JUN 2020



*[Handwritten signature]*



*Handwritten signature*



29 JUN 2020

*[Handwritten signature]*



29. JUN 2020

*[Handwritten signature]*



29 JUN 2020



----- PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL – Tentando de uma forma geral responder às questões aqui colocadas e começando pela questão do COVID, julgo que todos temos consciência da gravidade que foi esta crise no arranque, que afetou de início em particular o Norte, em especial o Grande Porto e em particular Gondomar. Se na altura não tivéssemos tomado medidas com mão de ferro, hoje estaríamos muito pior do que em Lisboa. Já conseguimos de alguma forma controlar a crise, mas não a vencemos, aliás não venceu o País, não venceu o Porto, não venceu Gondomar e a verdade é que ainda há muito por resolver e muito por fazer. Queria aqui dar uma palavra de agradecimento muito especial a todos aqueles que estiveram na primeira linha, aos colaboradores da Câmara, às Juntas de Freguesia, às Forças de Segurança, aos Bombeiros, à Cruz Vermelha, aos Profissionais de Saúde, que foram todos incedíveis e a verdade é que conseguimos, tanto quanto possível, controlar. Ainda não está tudo bem, claro que não, mas vai ficar, é para isso que trabalhamos. Ainda não há transportes a cem por cento, mas há a oitenta. Temos, em colaboração com as Juntas de Freguesia, tentando compor e repor o serviço público de transporte, obviamente também ter a noção que as empresas têm que ter alguma garantia de receita e felizmente que o Governo já aprovou agora no orçamento suplementar, cerca de vinte e dois milhões de euros para a Área Metropolitana para repor a totalidade da oferta de transportes públicos. A Câmara fez muito, duplicamos os apoios sociais no Eixo + Habitação, o Eixo da Alimentação, deixamos de ser o travão per-capita no apoio aos rendimentos, aumentando o fundo de maneiio. Foram um conjunto de medidas que foram resultando, há sempre quem precise e obviamente nem toda a gente fica satisfeito, mas também distribuimos por dia mais de cinquenta refeições em média, com a colaboração das

Juntas de Freguesia, que foram incansáveis em todo este processo, todas as sete foram fantásticas. Agora, os Senhores Deputados colocam a questão, podia ter sido dado mais? Podia ser dado o tarifado especial da água? Se calhar podia, mas só isso eram mais de três milhões de euros, digam Senhores Deputados aonde se vai arranjar dinheiro para isso, essa é que é a questão. É muito bonito andarmos todos aqui a reivindicar, mas é preciso fazer contas, aliás a Câmara não sabe ainda muito bem como vai suportar toda a despesa que teve com esta pandemia COVID e esperemos que fique por aqui. Temos a consciência tranquila de que fizemos o melhor possível, com os meios que temos e também porque Gondomar trabalha em rede e todos juntos conseguimos contornar isto. O Senhor Deputado do Bloco de Esquerda colocava aqui a questão do interceptor que esteve vinte dias desativado. Esteve desativado porque a fiscalização detetou falhas na execução da obra, foi necessário limpá-lo, voltar a impermeabilizar as caixas de visita e fazer reparações e, portanto, naqueles vinte dias não foi feita nenhuma descarga para o rio, o que aconteceu foi voltar ao que era antes de haver o tratamento e irem as descargas para o rio. Quanto ao CROAG o Senhor Vereador do Ambiente poderá esclarecer nessa matéria. Senhor Deputado Mário Gonçalves, não sei qual é o problema do semáforo na D. Miguel, ainda ninguém mo reportou, ainda hoje lá passei e não vi nenhum problema. Aquele semáforo é um de muitos semáforos para limitação de velocidade que é acionado por duas formas, ou quando se carrega no botão do peão, ou quando um veículo ligeiro ultrapassa os cinquenta quilómetros por hora. Dizer também ao Senhor Deputado que relativamente às tampas, as Juntas de Freguesia também têm feito um trabalho de colaboração, de substituição, mas também qualquer cidadão pode reportar, porque as entidades, sejam quais forem, têm

29. JUN 2020

obrigação de repor as tampas com qualidade. Quanto às tais lombas redutoras da velocidade, têm sido uma aposta e vai continuar a sê-lo, porque as famílias das pessoas que deixaram de ser atropeladas naquelas vias agradecem, veja por exemplo que a sinistralidade aqui na Avenida Dr. Mário Soares/Conduta caiu para dez por cento daquilo que era e temos da parte das várias Juntas de Freguesia, mais de cem pedidos de locais para colocar lombas, não é fácil, é um trabalho dispendioso, mas sempre que é possível é feito e tem reduzido e muito a sinistralidade rodoviária. Lomba, a Senhora Deputada Valentina tem colocado algumas questões, o espaço cultural não sei, a Junta de Freguesia é que o gere, o Conjunto Habitacional da Lomba tem de facto um problema grave estrutural, que não temos verba para resolvê-lo e quanto à praia da Lomba tem havido lá grandes intervenções em força da GNR, que têm colocado fim ao campismo selvagem, ao estacionamento abusivo e o objetivo do Senhor Presidente da Junta, em conjunto com a Câmara, é de limparmos, peço desculpa pela expressão, o mau ambiente que há naquela praia, que estamos a conseguir e as forças de segurança têm-no feito de uma forma ativa, obviamente que não agrada a todos, não é local para estar lá o ano inteiro, como algumas famílias abusivamente faziam, é uma praia, para se ir e sair no mesmo dia.-----

----- VOTAÇÃO DOS DOCUMENTOS: -----

----- **MOÇÃO** “Repúdio pela violência racista e xenófoba”, apresentada pelo Grupo Municipal do BE: -----

----- **Aprovada por maioria**, com 30 votos a favor (21 PS + 6 CDU + 2 BE + 1 VALENTIM), 10 abstenções (4 PSD+5 Valentim+1 CDS-PP). -----

----- ANA PÃO TRIGO – Declaração de voto – “Votei a favor porque me revejo no que está escrito no documento, sou contra qualquer manifestação de racismo e por isso quando o Senhor Deputado Mário Gonçalves estava a falar neste sítio onde eu estou agora, fiz questão de me ausentar da sala como forma de protesto porque não sou obrigada, numa assembleia democrática, a ouvir certas coisas que já não são admissíveis neste século”. -----

----- **MOÇÃO** “Contra a atuação da TAP e a desqualificação do Aeroporto do Porto”, apresentada pelo Grupo Municipal do BE: -----

----- **Aprovada por maioria** com 35 votos a favor (21 PS + 6 VALENTIM + 6 CDU + 2 BE), 4 votos contra (PSD) e 1 abstenção (CDS-PP). -----

----- **RECOMENDAÇÃO** “Atribuição automática da tarifa social da água e resíduos”, apresentada pelo Grupo Municipal do BE: -----

----- **Rejeitada por maioria** com 21 votos contra (PS), 14 votos a favor (2 VALENTIM + 6 CDU + 4 PSD + 2 BE) e 5 abstenções (4 VALENTIM + 1 CDS-PP). -----

----- **MOÇÃO** “Pela redução do custo da água e saneamento em Gondomar”, apresentada pelo Grupo Municipal da CDU: -----

----- **Rejeitada por maioria**, com 23 votos contra (21 PS + 2 VALENTIM), 8 votos a favor (6 CDU + 2 BE) e 9 abstenções (4 VALENTIM + 4 PSD + 1 CDS-PP). -----

----- **MOÇÃO DE CONGRATULAÇÃO** “Medidas excecionais covid-19”, apresentada pelo Grupo Municipal do PS: -----

----- **Aprovada por maioria**, com 33 votos a favor (21 PS + 6 VALENTIM + 6 CDU) e 7 abstenções (4 PSD + 2 BE + 1 CDS). -----

----- BRUNO PACHECO (BE) – Declaração de voto – “Relativamente à moção, o Bloco de Esquerda absteve-se, não porque no seu conteúdo geral não concorde com ela, aliás o Bloco de Esquerda teve várias oportunidades para proferir, durante o período pandémico e de crise sanitária, algumas das medidas que o município estava a tomar, que do nosso ponto de vista, foram excelentes e estavam a ter grandes efeitos. Só temos pena é que muitas das medidas que o Bloco de Esquerda tinha lançado para o debate público e tinha proposto não tenham sido aplicados e mais uma vez isto contrasta e é paradoxal com a posição do PS que vem aqui reprovar uma proposta sobre a tarifa automática da água, que vinha sem dúvida dar resposta à situação que aqui reclamam que é, dos apoios sociais e duma luta igualitária entre sociedades”. -



----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA:** -----

----- Entrou-se no Ponto "B" – **Período da Ordem do Dia** tendo-se tomado as seguintes deliberações: -----

----- **1. Discussão e votação da ata da sessão anterior (27-02-2020).** -----

----- **VOTAÇÃO: *Aprovada por unanimidade.*** -----

----- Nos termos do nº 3 do artigo 34º do Código do Procedimento Administrativo não participaram na votação os Deputados(as) Senhores(as): Ana Catarina de Sousa Pão Trigo, Joana Patrícia Fonseca Cardoso e Mário da Rocha Gonçalves e ainda os Senhores (as) Tiago Nelson Couto Barbosa e Cristina Alexandra Coelho, por não terem estado presentes na sessão. -----

----- **2. Propostas da Câmara Municipal sobre:** -----

----- **a) Conta de Gerência de 2019 e do Relatório de Gestão** -----

----- PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL – O documento já foi distribuído, também já foi divulgado publicamente e evidencia três ou quatro notas que convém aqui realçar. Por um lado, um saldo superior aquele que gostaríamos ter, porque obviamente não conseguimos executar toda a despesa prevista, nem toda a receita, nem toda a despesa e acima de tudo porque se deve ao atraso nas empreitadas, às dificuldades da burocracia em adjudicar obras, aquilo que era, pelo menos antes do COVID, a dificuldade em que os concursos públicos tivessem concorrentes ao preço em que a Câmara lançava e depois à burocracia associada à revisão do projeto, ao visto do Tribunal de Contas e também à falta de capacidade dos empreiteiros para executarem aquilo com que se comprometeram, devido nomeadamente à falta de mão de obra que existe no país e no setor da construção civil. Por outro lado, como os Senhores Deputados sabem, é o primeiro Relatório de Contas da Câmara de Gondomar, em quinze anos, que apresenta as contas no verde, obviamente fruto da redução da dívida, graças também à operação EDP, que nos permitiu baixar vinte milhões de euros àquilo que era o endividamento, através do acordo que em boa hora esta Assembleia e o Executivo Municipal aprovaram. Dizer também que se repararam os números totalizam, para além destes vinte milhões da EDP, mais trinta e nove milhões de euros pagos efetivamente em amortização de dívida capital e juros, desde dois mil e catorze. Trinta e nove milhões de euros que podiam ser investidos em ruas, em escolas, em parques, em pavilhões e a estes trinta e nove milhões ainda se somam as condenações judiciais que a Câmara teve ao longo dos anos, como o processo da Areosa, o

parque de estacionamento Luís de Camões, o processo da ETAR do Rio Ferreira, o processo do Polis, etc. Não estamos aqui a culpar ninguém, é a tentar explicar que podíamos ter feitos muito mais se não tivéssemos este encargo financeiro. Por fim, uma nota sobre este Relatório e Contas, como devem ter visto ele está de acordo com as novas regras e com as novas imposições contabilísticas, mas acima de tudo por ser um relatório que espelha aquilo que é a realidade da Câmara, os apoios às diversas entidades, às Juntas, às Associações, às IPSS, aos Bombeiros, etc. e também continua a ter, tal como tiveram todos os relatórios dos anos anteriores, uma redução de recursos humanos ativos, porque continuam trabalhadores da Câmara todos os meses a serem aposentados, só neste mês tivemos mais seis ou sete e daí a necessidade também de, progressivamente, como já temos começado a fazer, repor recursos humanos para tentar estabilizar os quadros, que já serão trezentos que saíram desde dois mil e catorze. -----

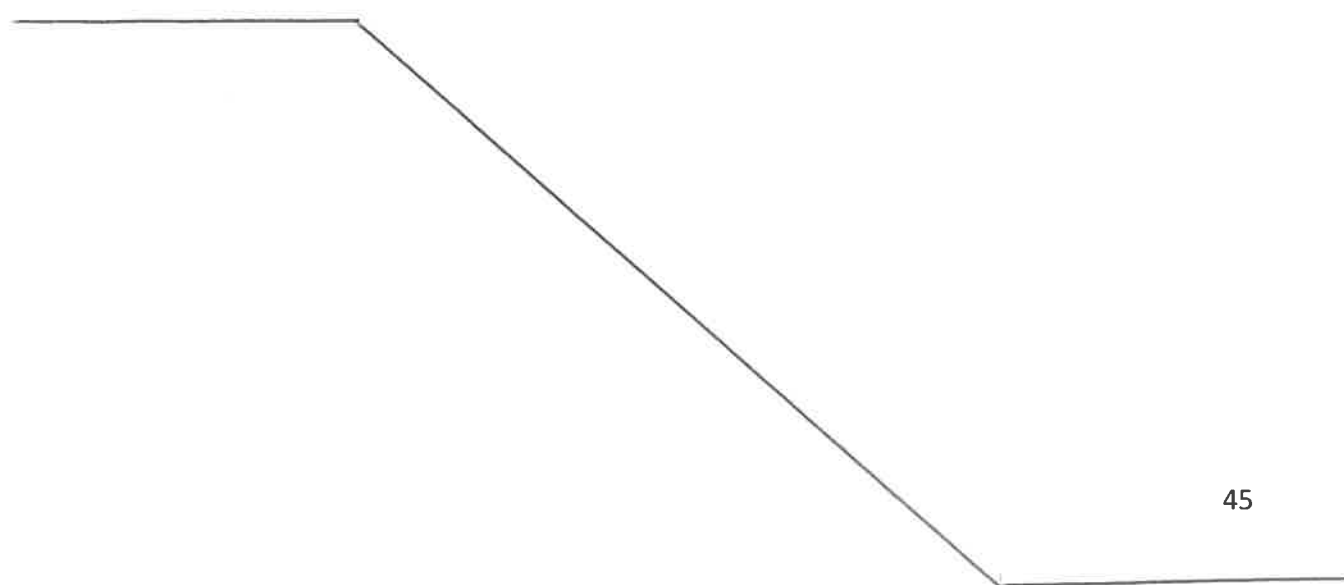
----- MANUEL MARQUES (PSD) – Não podia deixar de vir aqui para dizer que as contas que estão para aprovação, são o resultado de um orçamento, que nós PSD, temos vindo a criticar há muitos anos, pelo facto de todo o orçamento não ter uma estratégia relativamente ao futuro de Gondomar. É basicamente e como o Senhor Presidente disse e muito bem, é obras e mais obras. Muitas das obras e muitos milhões investidos em investimentos que foram feitos pela administração anterior, como é o caso da Avenida da Conduta, em que a população tinha condições excelentes e investiu-se lá mais não sei quantos milhões, a criação de um jardim em Rio Tinto, que gostaria de saber quais são as taxas de ocupação daquele jardim, vamos ter a mesma coisa aqui em S. Cosme e onde a população de Gondomar realmente se concentra aos milhares, na marginal de Gramido e que o investimento até agora foi zero. Não há investimento



numa zona bonita que é o Rio e temos três bares lá que são insuficientes para a quantidade de gente que ao fim de semana circula naquele espaço e até agora o investimento da Câmara é zero. Gostaria também de realçar uma outra questão nestas contas que é o seguinte, é que com estas coisas referidas pelo senhor presidente, como o endividamento, etc. aumentaram-se as taxas de IMI em Gondomar, que é dos concelhos onde mais se paga IMI. Neste momento o Senhor Presidente soube dizer que tem um excedente de dezanove milhões que é resultante da EDP e não vi as taxas de IMI serem tocadas, isto é ter uma estratégia de aumentar o IMI porque não havia condições, neste momento há mais condições e o IMI continua igual. -----

----- MARIA OLINDA MOURA (CDU) – O mérito nestas coisas é saber prever as contingências. Nós já andamos nisto há vários anos e temos obrigação de saber que há contingências que vão aparecer, que temos estar preparados para as prever e o mérito do trabalho é exatamente nisso. Também dizer que há bocadinho se falou que não se podia gastar três milhões no tarifário social da água e eu quero dizer que só com o IMI, esta Câmara encaixou três mil e quinhentos milhões em relação à média dos anos anteriores. -----

----- Leu e entregou declaração de voto, que adiante segue. -----



## DECLARAÇÃO DE VOTO

### Ponto 2.a) – Conta de Gerência de 2019 e do Relatório de Gestão

O Relatório e Conta de Gerência, para além dos seus aspetos técnicos, é um documento de natureza política e um dos principais instrumentos para aferir as opções estratégicas da maioria PS que gere a Câmara Municipal. Embora correspondendo ao ano de 2019, o documento é parte de um conjunto de opções estruturais iniciadas nos finais de 2017 e que terminarão no final deste mandato, em 2021.

Nos dois anos civis completos do exercício deste mandato (2018 e 2019), a maioria PS que gere a Câmara teve ao seu dispor mais de 200 milhões de euros, a dividir pelas despesas correntes e de investimento para desenvolver Gondomar e cuidar da vida dos gondomarenses naquilo que são as suas competências autárquicas e que apresentou no seu programa eleitoral.

Olhando atentamente para este concelho, na perspetiva de qualquer munícipe interessado no desenvolvimento da sua terra, facilmente percebemos que o dinheiro foi gasto em opções que estão muito longe de satisfazer os anseios dos gondomarenses, revelando que, mais uma vez, se está a perder a oportunidade de transformar Gondomar num concelho com um futuro sustentado e promissor para as novas gerações. Quem percorre o território de Gondomar, desde o mais urbano ao mais rural, dificilmente consegue vislumbrar melhorias de grande significado para a transformação de Gondomar num concelho desenvolvido. Dos municípios que fazem fronteira com o concelho do Porto, Gondomar continua a ser aquele onde é menos visível que tenha havido investimento estrutural a curto, médio e longo prazo. Entre todos esses é o único que não tem transporte metropolitano até ao centro do Concelho e é o único que não tem ensino universitário; é também aquele onde continua a faltar investimento e apoio para a criação de emprego, o que resulta que a maioria da população ativa continue a ter de trabalhar fora do concelho por falta de empregos no seu próprio; é aquele em que metade do território continua a não ter cobertura de transporte público de acordo com as necessidades das populações; é aquele que continua a ter partes significativas do território sem rede pública de saneamento; é aquele que continua a ter praias com água poluída e, evidentemente, desaconselhada para banhos; é aquele que tem o epíteto de capital da ourivesaria e que tem essa indústria a definhar com o desaparecimento das pequenas empresas familiares, já para não falar no comércio desse ramo que é residual em todo o concelho; é aquele que continua com problemas sérios nas suas Etar, sem solução à vista; é aquele onde se continua a confundir “promoção do desporto e da cultura” com “promoção de efemérides desportivas e culturais”; é aquele onde se abandona o património edificado sem qualquer respeito pela história e vida dos nossos antepassados; é aquele onde não se cria infraestruturas turísticas de fruição e proteção do património paisagístico, sendo muitas vezes os movimentos populares a deitar mãos à obra na limpeza e conservação das margens e dos rios que abundam no concelho e que tão maltratados são; é aquele onde, passeando à noite pelo centro da cidade, se encontra um lugar sem vida própria, com lixo espalhados pelo chão, cafés e restaurantes fechados, na sua maioria, numa desolação confrangedora e triste. É este o concelho de Gondomar onde, em dois anos, a Câmara não conseguiu uma execução orçamental eficaz, tendo ficado em muitas áreas com baixos níveis de execução quer do Orçamento quer das Grandes Opções do Plano. Paralelamente continua a manter

29. JUN 2020

decisões de anteriores maiorias, como é o caso da concessão dos serviços de água, saneamento e resíduos ou da concessão do serviço de refeições escolares, por exemplo, revelando, com estas opções, que não foi capaz de se distanciar da gestão do anterior presidente, apesar da retórica que procurou passar sobre o passado. Centrando a ação em permanentes anúncios, em propaganda efémera, esta maioria PS gere a Câmara preferindo dar a fazer fora em vez de recorrer aos serviços municipais e à criação de emprego qualificado; continua a gastar somas elevadas em comunicação, publicidade e propaganda; aumenta o custo de vida aos gondomarenses, como é o caso do IMI onde foi buscar às famílias, em 2019, mais 3,5 milhões de euros do que a média do mandato anterior; aumenta as rendas dos bairros sociais; aumenta o preço da água e dos resíduos e põe os gondomarenses a pagar o estacionamento das suas viaturas sem lhes dar alternativa. É este o concelho de Gondomar, gerido pelo PS, onde muito se prometeu e pouco se cumpriu. Onde muito se aumentou e pouco se investiu, onde muito se propagandeou e pouco se viveu com qualidade.

A CDU vota contra a Conta de Gerência de 2019 e o Relatório de Gestão.

Assembleia Municipal de Gondomar, em 29 de junho de 2020

P<sup>o</sup> O Grupo Municipal da CDU

29. JUN 2020



Assembleia Municipal

----- BRUNO PACHECO (BE) – Leu e entregou declaração de voto, que adiante segue. -----

[Empty space for the declaration of vote, with a large diagonal line indicating the text is missing or redacted.]

29. JUN 2020



Declaração de voto – Relatório revisão de contas.

Uma autarquia não é uma empresa, pelo que, neste ponto da Ordem de Trabalhos, mais do que verificar a conformidade das contas apresentadas com os normativos legais, para o BE o que é mais importante é fazer uma apreciação crítica da atividade do Executivo em 2019 e avaliar as respostas do município aos problemas concretas das pessoas que vivem e trabalham em Gondomar. Das contas do exercício de 2019, será de salientar:

1 – Uma situação financeira do Município que, apesar duma dívida total de 73 milhões de euros, cumpre os limites legais do endividamento, após a redução da dívida à EDP por contrapartida de um empréstimo bancário. Este dado é significativo porque durante vários anos, e como herança da desastrosa gestão financeira do PSD, CDS/PP e Valentim Loureiro, o município esteve sujeito a grandes restrições financeiras, que dificultaram o desenvolvimento do concelho de Gondomar

2 - A receita cobrada foi de 107 milhões de euros. Para além das transferências do Estado, cerca de 20 milhões de euros e que, apesar do crescimento, continuam a não respeitar a lei das finanças locais, há a assinalar os impostos locais – quase 30 milhões de euros – e que representam 27% da receita. O IMI ultrapassou os 17 milhões de euros e o IMT (imposto sobre as transações de prédios) atingiu quase 5 milhões de euros. Mas a inexistência dum Observatório Municipal das transformações ocorridas na propriedade imobiliária, não permite ao município saber por ex. se os prédios transacionados ficaram a pertencer a fundos imobiliários ou resultaram de negócios escuros, lavagem de dinheiro ou com intervenção de off-shores;

3 – Numa despesa realizada no total de 102 milhões €, o investimento (despesas de capital) foi de 46 milhões €, o que significa 42% da despesa. Os encargos com o serviço da dívida incluindo amortizações, ultrapassaram os 33 milhões de euros. As despesas de pessoal cresceram 5%, a que não será alheio o tão necessário descongelamento das carreiras. A saída de 280 trabalhadores, a maioria por aposentação, tem que significar o urgente reforço do quadro de pessoal sem precariedade.

4 – E se há dados positivos do ponto de vista da situação económico-financeira do município, para o BE são motivo de preocupação os números do desemprego registado no concelho: em 31 de dezembro de 2019 atingia quase 6.000 pessoas, em que 10% das quais possuíam um nível de escolaridade superior. E nos primeiros 5 meses de 2020, como consequência das decisões das empresas no âmbito da pandemia do Covid19, o número de desempregados já é de 7.873, dos quais quase 2.000 têm mais de 55 anos, o que exigirá uma mais robusta interação do município com o IEFP e as atividades económicas.

5– Também a situação da Habitação suscita ao BE, grande preocupação. No relatório sobre 2019 não há referência ao andamento da Estratégia Local de Habitação, que faz parte da lei do “1º Direito”. Apesar do município ter indicado ao IHRU no inquérito de 2017, a necessidade de realojar pelo menos **502 famílias** através da aquisição e reabilitação de habitações existentes, o Relatório e Contas de 2019 não mostra que esteja a ser dada nesta matéria a resposta urgente que a situação exige.

29. JUN 2020

6 – Na atividade do Executivo municipal em 2019 também não são referidos quaisquer empenhamentos nos combates importantes a travar todos os dias: contra a violência sobre as mulheres ou pela mitigação/adaptação às alterações climáticas.

Pelo exposto, e porque a ação do Executivo municipal não correspondeu às prioridades e escolhas políticas do Bloco de Esquerda, nem às necessidades e aspirações da população de Gondomar, **não votaremos favoravelmente** o Relatório e Contas de 2019.

A handwritten signature in black ink, consisting of several stylized, overlapping strokes, located in the upper right corner of the page.

O grupo municipal do BE de Gondomar

29. JUN 2020



Assembleia Municipal

----- VALENTINA SANCHEZ (PSD) – Leu e entregou declaração de voto, que adiante segue. -----

[A large, empty rectangular area defined by a black line, representing a redacted or blank section of the document.]



29. JUN 2020

## Partido Social Democrata

### RELATÓRIO DE GESTÃO E PRESTAÇÃO DE CONTAS 2019

Não colocamos em causa o trabalho efetuado pelos serviços financeiros e de contabilidade da CMG que, por certo, estiveram a altura daquilo que lhe é exigido pautando a sua conduta com o rigor e profissionalismo que nos tem habituado.

#### Da Reprovação do Orçamento e das Contas de 2019

O exercício a que nos propusemos na presente sessão não pode estar desligado da conduta adotada no âmbito da aprovação do orçamento de 2019. A presente documentação traduz a execução de um orçamento que não foi aprovado pelos Vereadores e membros da Assembleia Municipal do PPD/PSD/CDS-PP e, como tal, não representam as opções políticas da atual do PSD.

Não tendo tido qualquer responsabilidade na execução do mesmo ao longo do ano de 2019, há diversas notas que aqui salientamos e que representam um desvio ao que deve ser uma gestão com visão e potenciadora de futuro na Gondomar.

Deparamos com algumas taxas de execução que demonstram que não terá existido rigor na previsão da receita ou, por seu turno, existiu um orçamento empolado em algumas rubricas. Os valores orçamentados para 2019 demonstram que não existiu uma lógica entre aquilo que foi previsto e o que foi executado. Transparece uma gestão corrente, pouco planeada e consistente.

Constata-se que se o aumento do IMI (em 2018) foi devido ao valor da nossa dívida, ao preverem uma redução na dívida, a primeira preocupação deveria ser repor as taxas utilizadas nos anos anteriores, o que nos leva a questionar sobre que estratégia de fixação de residência e promoção da natalidade em Gondomar estão a ser seguidas. A resposta é, nenhuma!



29. JUN 2020

## Partido Social Democrata

Parece que este executivo desvaloriza o setor da educação, particularmente no envolvimento das famílias no processo educativo, e da vida escolar dos seus filhos.

Também, ainda nesta temática, transparece a falta de aposta num desenvolvimento social, cultural e educativo, consistente e criterioso, fatores fundamentais para o desenvolvimento da qualidade de vida dos gondomarenses.

Considerando a importância, cada vez mais acentuada, da contratação pública, quer ao nível de gestão, quer ao nível da potenciação dos mercados locais, propomos que sejam disponibilizadas informação, devidamente tratada, sobre esta matéria: i) qual o peso dos ajustes diretos na gestão da CMG; ii) que operadores económicos tiveram contratos adjudicados com a CMG; iii) qual a origem geográfica dos diversos operadores económicos e prestadores de serviços; iv) qual a distribuição de empreitadas pelos diversos empreiteiros; v) Quais os valores de autos aprovados; vi) qual o volume de trabalhos a mais; v) quantos casos de cedência de posição contratual; ou vii) quais os objetos e CPV's das prestações de serviços adjudicadas;

Porque, estamos em crer, e tendo em linha de conta a análise da documentação apresentada, que esta ferramenta não está a ser utilizada para potenciar a economia concelhia.

### CONCLUSÃO:

Pelos motivos acima aduzidos O Partido Social Democrata VOTA CONTRA as contas apresentadas pelo executivo do Partido Socialista referentes ao ano de 2019.

----- FERNANDO CERQUEIRA (PS) – Leu e entregou documento, que adiante segue. -----

[A large area of the page is obscured by a thick black line that starts horizontally from the left margin and then descends diagonally to the bottom right corner.]

29. JUN 2020

Handwritten signatures and a circular stamp. The stamp contains the number '1'. There are several overlapping signatures in black ink.

**Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal,**

**Exmos. Senhores Secretários da Mesa desta Assembleia Municipal,**

**Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal,**

**Exmos. Senhores Vereadores desta Câmara Municipal.**

**Caros Colegas Deputados,**

**Exmos. Senhores Presidentes de Junta,**

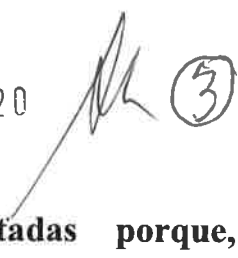

**Minhas senhores e meus senhores,**

**O Grupo Parlamentar do Partido Socialista nesta Assembleia Municipal inicia esta discussão do presente Relatório de Gestão e Conta de Gerência de 2019 com um voto de congratulação pela circunstância de, ao fim de vários anos no vermelho, o Município de Gondomar ter finalmente ficado abaixo do limite máximo de endividamento, para o qual muito contribuiu a Operação EDP, que possibilitou uma redução de 20 milhões de € da dívida do Município. É para o Partido Socialista claro que, e a matemática é indesmentível, estas são as melhores contas da Câmara de Gondomar dos últimos 15 anos.**

**Para se ter uma ideia, desde que esta Maioria assumiu funções em 2013, foram amortizados 44 milhões e 923 mil € de dívida, à qual se somam mais 24 milhões de condenações em vários processos judiciais assumidos pelo Município, o que perfaz um total de 68 milhões e 923 mil €, em termos comparativos, só pela liquidação de dívida e estas condenações já se pagou o equivalente ao Orçamento total do Município previsto para o ano de 2016. Note-se bem a amplitude deste**



29. JUN 2020

 ③ 

**dificuldade na adjudicação de algumas empreitadas porque, estranhamente, os concursos para as mesmas ficam desertos, ou mesmo pelo atraso com alguma frequência no início da execução de algumas empreitadas pelo volume significativo de empreitadas na área da construção civil e correspondente falta de mão-de-obra. O que não deixa de ser surpreendente e até irónico, dado o cenário que se verificava há poucos anos de recessão duríssima nesse sector e a muita falta de investimento público e privado.**

**Daqui que seja necessário durante este ano de 2020, dar sequência à execução das empreitadas já em curso, bem assim como àquelas que são objecto de financiamento através do Portugal 2020.**

**Aqui chegados e porque temos consciência que nos últimos anos muitos foram os funcionários e colaboradores que o Município perdeu, por força dos cortes imperiosos nos recursos humanos devido à situação do endividamento da Autarquia, torna-se necessário levar a cabo a renovação dos quadros de pessoal do Município, agora que este apresenta uma situação financeira muito saudável e absolutamente sustentável. É necessário e importante repor uma parte substancial dos quase 300 trabalhadores (280, para sermos mais precisos) que o Município perdeu.**

**A propósito da necessidade de controle financeiro, que se impôs e que nunca poderemos perder de vista, urge desmistificar uma grave acusação efectuada segundo a qual a receita de IMI do Município teria um impacto muito significativo nas receitas provenientes dos impostos directos e que tal sucederia por força da decisão assumida em 2017 por esta maioria de aumentar a taxa de IMI, ignorando-se a diferenciação**

29. JUN 2020



**positiva que as mesmas sempre previram para o Alto Concelho e para a área urbana mas, acima de tudo, não explicando aos nossos munícipes que tal também radica nas actualizações das avaliações que recorrentemente a Autoridade Tributária leva a cabo, acompanhando a evolução do mercado imobiliário, do mesmo modo que o aumento significativo da receita de IMT se deve, em larga medida, à animação e crescimento do mercado imobiliário dos últimos anos, sobretudo nos últimos 4 anos e não a quaisquer ajustes das taxas. É fácil olhar para os números e tentar manipulá-los, iludindo a realidade e não indo ao fundo das explicações para determinadas realidades, mas quando se percebe qual o fundamento para determinados resultados facilmente se percebe a análise simplista e falaciosa que se pretende concretizar, imputando a determinados resultados causas que não são aquelas que muitos gostam de utilizar como arma de arremesso político.**

**Em jeito de conclusão de um balanço das Contas excepcionais que o Município apresenta, temos que concluir que após toda a regeneração da qualidade de Vida dos munícipes empreendida nos últimos anos, da recuperação da imagem pública do próprio Município à custa da resolução de imensos litígios em que o Município era parte e que nos causaram danos financeiros e de reputação, bem assim como, através do aumento enorme da transparência e do desaparecimento de casos em que a Câmara de Gondomar sistematicamente se via envolvida, para além do novo posicionamento metropolitano e nacional que tem permitido sinergias fundamentais para resolução de imensos problemas e para o abarcar de novos e interessantes projectos supramunicipais, é chega a altura de também nas contas e na situação financeira Gondomar se afirmar como Verde.**

29. JUN 2020

**Por conseguinte o voto favorável deste Grupo Parlamentar é uma inevitabilidade decorrente da invulgar saúde financeira que o Município apresentou em 2019.**

**Muito obrigado.**

*Pelo Grupo Parlamentar do*   
*Francisco Cypriano*  
*Presidente do ZM*  
*Assessor*  
*João Pedro*  


29. JUN 2020



----- PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL – É muito fácil estar aqui a criticar, o que é difícil é apresentar propostas e é aquilo que esta Assembleia não faz. Vejo criticar que a Câmara não resgata a concessão da água, depois criticar que não investe aqui e acolá, não vejo propostas concretas de como se faz e como se deve fazer e de facto queria convidar o Senhor Deputado do PSD a ir aquele jardimzinho a Rio Tinto e perceber o que é uma obra de sucesso e que marca a diferença e dizer que ao contrário do que se passa no jardim de Rio Tinto, não vamos deixar ficar nada para pagar no futuro, ao contrário do que aconteceu com o POLIS e quanto ao POLIS não sei qual é a proposta, se é colocar mais umas traves ao lado para passar a ter mais uns metros. Gondomar é um Concelho de sucesso e daqui para o futuro ainda vai ser mais, porque até ao fim do mandato vamos fechar um circuito de vinte quilómetros de percursos ribeirinhos, no Douro, no Tinto, no Torto, na Avenida da Conduta e assim Gondomar vai ser ainda mais um Concelho D'Ouro, mas também não vamos esquecer de prolongar o Polis até Marecos e fazer caminhos na Foz do Sousa e em Covelo, na marginal do Rio Douro, ou então fazer a ligação de Melres a Medas, junto aquele Plano de Pormenor da Varziela. Senhor Deputado daqui a uns anos os seus filhos vão agradecer. -----

----- VOTAÇÃO: **Aprovada por maioria**, com 22 votos a favor (21 PS + 1 VALENTIM), 13 votos contra (6 CDU + 4 PSD + 2 BE + 1 CDS-PP) e 5 abstenções (VALENTIM). -----

----- PEDRO OLIVEIRA (CDS-PP) - Entregou declaração de voto, que adiante segue. -----



**SESSÃO ORDINÁRIA DA A. M. DO DIA 29 DE JUNHO DE 2020  
CONTA DE GERENCIA/RELATÓRIO DE GESTÃO 2019  
(Ponto 2. a) Ordem de Trabalhos)**

**DECLARAÇÃO DE VOTO**

A Conta de Gerência referente ao exercício da atual maioria no ano de 2019 traduziu-se não só por uma errónea priorização das áreas intervencionadas, como não menos que referencial foi a ação desenvolvida naquelas áreas que a Comunidade mais invocava, mais exigia.

Na verdade a intervenção municipal em áreas tão essenciais como a Educação, os Transportes, a Habitação, o Social, nomeadamente não deixaram de ser marcadas pela adoção de medidas individuais, desligadas de uma intenção integrada ou complementar, claramente numa filosofia de “tapa buracos” sem que, portanto, motivassem uma, pequena que fosse, estratégia de alteração do paradigma que tem sido, isto é, completa ausência de programas setoriais transformadores da redundante realidade que caracteriza o concelho. Designadamente nas infraestruturas da educação, chamamos a atenção para os muitos exemplos de instalações manifestamente degradadas, claramente sem condições de funcionalidade, propiciadoras de perigos diversos até, e sem que tivéssemos notado uma justificável nova vocação, sistematizada, na abordagem a tais reparos.

Este é apenas um exemplo de tantos que poderíamos traduzir, e que nos deixam, no mínimo, céticos, quanto à capacidade regeneradora do atual executivo em anular muitas das maleitas que atrapalham o ultrapassar do atraso de que ainda padece o concelho.

O exercício de 2019 foi mais uma oportunidade perdida na qualificação do futuro de Gondomar, e que algumas soltas, muito soltas, ações positivas tomadas, se mostraram longe das exigências que a comunidade gondomarense expectava e merecia.

Por esta aqui resumida motivação, o CDS/PP não podia deixar de **votar contra** a documentação apresentada.

**Gondomar, 2020/ junho/ 29**

  
Pedro Moura de Oliveira  
CDS/PP

----- **b) 2ª Revisão Orçamental dos Documentos Previsionais para 2020** -----

----- PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL – No fundo resulta da aplicação do saldo e da distribuição, de acordo com a necessidade de cabimentação de algumas verbas, de algumas já gastas com a pandemia e de outras com projetos que o município tem vindo a desenvolver. -----

----- BRUNO PACHECO (BE) – Relativamente a este ponto da ordem de trabalhos, também votaremos contra, mais uma vez partindo dos dois princípios que declaramos no anterior ponto, da revisão de contas, achamos que o investimento neste momento não está a ser canalizado para as áreas prioritárias e as áreas prioritárias neste momento do município de Gondomar, até face à situação que estamos a viver atualmente, é a luta pela dignidade do emprego e pelos postos de trabalho e a luta pela habitação. Só tenho pena de ouvir aqui declarações com falta de honestidade política, dizer que não houve partidos que até agora não apresentaram propostas. Senhor Presidente, o Bloco de Esquerda durante esta fase apresentou mais de oito propostas sobre oito temáticas diferentes, desde a questão do emprego, da revisão do estatuto da revisão das trabalhadoras das cantinas, sobre a reabilitação dos espaços urbanos, no sentido de criar habitação no município, sobre os programas de ação social, onde é importante haver esse reforço de verba e isso vem colmatar com este excedente de dezoito milhões, que não é canalizado para lado nenhum e que não dá resposta às necessidades das pessoas e por isso o sentido de voto só poderá ser votar contra. -----

----- VOTAÇÃO: **Aprovada por maioria**, com 22 votos a favor (21 PS + 1 VALENTIM), 11 votos contra (5 CDU + 4 PSD + 2 BE) e 7 abstenções (5 VALENTIM + 1 CDU - Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Fânzeres e S. Pedro da Cova) + 1 CDS-PP). -----

29. JUN 2020



Assembleia Municipal

----- OLINDA MOURA (CDU) – Leu e entregou declaração de voto, que adiante segue. -----

-----



## DECLARAÇÃO DE VOTO

### Ponto 2. b) – 2ª Revisão Orçamental dos documentos Previsionais para 2020

Os eleitos da CDU nesta Assembleia reprovaram o Orçamento para 2020 por, no essencial, não terem sido consideradas as propostas da CDU, distanciando-se, o referido documento, da estratégia de desenvolvimento do concelho de Gondomar preconizada pela CDU.

Esta revisão orçamental, apesar de incluir alguns projetos e reforços de verbas com que concordamos, não altera, no essencial, a posição da CDU.

Por essa razão, votamos CONTRA.

Assembleia Municipal de Gondomar, em 29 de junho de 2020

P/ O Grupo Municipal da CDU



----- **c) Projeto de Regulamento do Comércio a Retalho Não Sedentário do Município de Gondomar”** -----

----- PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL – Esta revisão que aqui é proposta resulta daquilo que é a vontade dos feirantes e também aquilo que é a proposta das Associações representativas e isto no fundo visa agilizar um conjunto de procedimentos, quer para a substituição dos feirantes, quando é o caso, quer para a atualização dos serviços, para repor as questões da legalidade e da normalidade, de acordo com o Regulamento. -----

----- LUÍS FERNANDES (CDU) – Leu e entregou declaração de voto, que adiante segue. Fez questão de salientar que este regulamento é mais positivo que o anterior. -----



## Declaração de Voto

### **Ponto 2 C) – Projeto de regulamento do comercio a retalho não sedentário do Município de Gondomar**

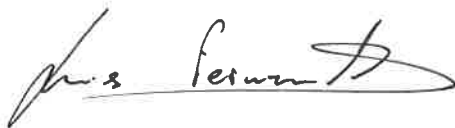
A CDU irá abster-se no ponto 2 C) da ordem de trabalhos relativamente ao projeto de regulamento do comercio a retalho não sedentário do município de Gondomar, porque embora considerando que existe uma evolução positiva relativamente ao regulamento anterior, existe também, no nosso entender, algumas lacunas que tornam alguns dos pontos incompletos. Sendo elas:

- A falta de referência relativamente à responsabilidade do município na gestão dos mercados e feiras.
- Consideramos que não faz qualquer sentido existir uma discriminação de possíveis vendedores de outros países que não pertencentes à UE ou ao espaço económico europeu, podendo aqui a CM de Gondomar ter ido mais longe e fazer uma justa integração dos possíveis vendedores de outros países.
- Consideramos que o documento deveria ainda clarificar quais os mecanismos para que os feirantes possam recorrer de uma decisão penosa do município, nomeadamente no que se refere à perda de direitos.

A CDU gostaria ainda de reforçar, no seguimento do que os nossos vereadores têm vindo a alertar ao longo do mandato, que a legislação define que a gestão dos mercados e feiras é uma competência que deve ser delegada às Juntas de Freguesias.

Gondomar, 16 de setembro de 2019

Os eleitos da CDU,



----- VALENTINA SANCHEZ (PSD) – Leu e entregou declaração de voto, que adiante segue. -----

[A large, empty, hand-drawn shape consisting of a horizontal line on the left and a diagonal line extending downwards to the right, likely representing a signature or a placeholder for a document.]



29. JUN 2020

## Partido Social Democrata

### **Ponto 2 c) - Regulamento do Comercio a Retalho Não Sedentário**

O Partido Social Democrata vai-se abster neste ponto, com a certeza que não vai colocar a aprovação deste ponto em causa.

Consideramos que neste regulamento seria bastante importante ser acompanhado de uma redução da taxa parcial a este comercio até final de 2020, justificado pela pandemia em que atualmente vivemos, e sobre a legislação que a sustenta, acarretando varias proibições que tem impacto direto neste tipos de comercio, e conforme aplicado já em vários municípios.

----- VOTAÇÃO: **Aprovada por maioria**, com 27 votos a favor (21 PS + 6 VALENTIM) e 13 abstenções (6 CDU + 4 PSD + 2 BE + 1 CDS-PP). -----

----- **d) Terrenos - “Resolução de Expropriar e Declaração de Utilidade Pública com caráter urgente da expropriação de três parcelas de terreno necessário à execução da primeira fase da construção de ligação entre a Rua Novais da Cunha e a Avenida Dr. Mário Soares – Gondomar” – Declaração de utilidade pública e caráter de urgência** -----

----- PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL – Vou dar uma nota muito rápida dos vários pontos. Da alínea d) tem a ver com a execução da ARU da reabilitação urbana de S. Cosme, nomeadamente aquele troço entre a Câmara Municipal e a rotunda antes da chamada curva da roleta, no arranque da via direcional para permitir duas intervenções diferentes, por um lado alargar o arruamento tal como está previsto na ARU de S. Cosme, para que o trânsito que vem da Via Direcional ou de Valbom, quem vem da Gondomarinho ou do Hospital, possa chegar ali e passar à porta da Câmara e não fazer, como atualmente faz, que vai por trás. Por outro lado, também para permitir a construção de uma rotunda que de futuro há de ligar uma via prevista no PDM que liga desde aquele ponto até à rotunda do Centro Ciclista na Avenida Dr. Mário Soares. Na alínea e), trata-se de um prédio antigo que, por proposta da Junta de Freguesia, a Câmara adquiriu em Valbom, quem vai na EN 209 e vai para a Lagoa tem uma capela que vai dar àquela fábrica de ourivesaria. A Câmara comprou o imóvel que estava devoluto, demoliu-o, alargou a estrada e agora sobra uma parcela que a Câmara, depois de toda a tramitação administrativa, irá colocar em hasta pública para poder realizar algum capital, é um espaço que dá para construir um edifício. A alínea f) e a g) são inclusões no inventário. -----

----- CRISTINA COELHO (CDU) – Leu e entregou declaração de voto, que adiante segue. -----

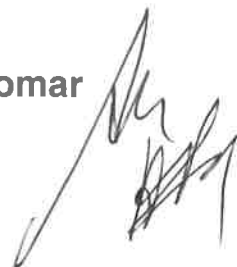
**DECLARAÇÃO DE VOTO****Ponto 2 d) "Terrenos – Resolução de Expropriar e Declaração de Utilidade Pública com carácter de urgência da expropriação de três parcelas de terreno necessário à execução da primeira fase da construção de ligação entre a Rua Novais da Cunha e a Avenida Dr. Mário Soares - Gondomar"**

Em primeiro lugar, é de reforçar que a CDU sempre defendeu e defenderá a melhoria da qualidade de vida dos Gondomarenses quer no que concerne à mobilidade quer à revitalização do espaço público e edificado.

Não obstante, os eleitos da CDU votaram em **ABSTENÇÃO** pelas razões seguidamente elencadas:

- 1) A Câmara Municipal de Gondomar (GDM), de forma reiterada, em diferentes processos de expropriação, recorre à "declaração de urgência" mesmo sabendo que, do ponto de vista administrativo, tal já se configurou incorrecto face a sucessivas rectificações desses mesmos processos.
- 2) A proposta trazida a este órgão consiste na primeira fase da execução de um projecto que pouco ou nada se sabe, ou seja, não foi devidamente discutido no que respeita às vantagens e/ou consequências.
- 3) Neste sentido, importa sublinhar algumas das consequências decorrentes da possível aprovação/construção deste "troço" (ligação entre a Rua Novais da Cunha e a Avenida Dr. Mário Soares). Por exemplo, observando a planta apensa à proposta enviada a este órgão deliberativo e cruzando com dados topográficos, as diferenças altimétricas entre a Rua Novais da Cunha e o Centro Ciclista de Gondomar obrigarão a uma intervenção muito dispendiosa que temos dúvidas que se justifique, sendo que deveriam ser estudadas outras opções menos onerosas.
- 4) Possivelmente que a construção desse "troço" estabelecerá ligações mais directas com vários locais do concelho, "aliviando", por exemplo, o fluxo de tráfego na Praça Manuel Guedes. No entanto, é uma realidade que esta obra destruirá uma considerável área verde, devastando um importante espaço agrícola fértil que favorece a existência de diversos produtos hortícolas. É indiscutível que o território de Gondomar tem perdido a forte conotação agrícola que o caracterizou durante séculos. Mas será que em "em nome" de uma "declaração de urgência", para um projecto que desconhecemos a fundamentação dessa necessidade, se continue a destruir parte de territórios agrícolas, alguns datados do século XVIII e ainda em laboração? Contrariamente, consideramos que esta área agrícola ancestral deveria ser preservada, mantendo-se no meio da cidade, valorizando-se os espaços contíguos.

29. JUN 2020



Face ao exposto, certamente que:

- Não será com este tipo de intervenção que se preservará o património imaterial.
- Não será com a execução deste tipo de obra que se assegurará a diversidade funcional e paisagística de Gondomar.
- Não será este tipo de projectos que contribuirá para a construção de um concelho que se quer mais sustentável.

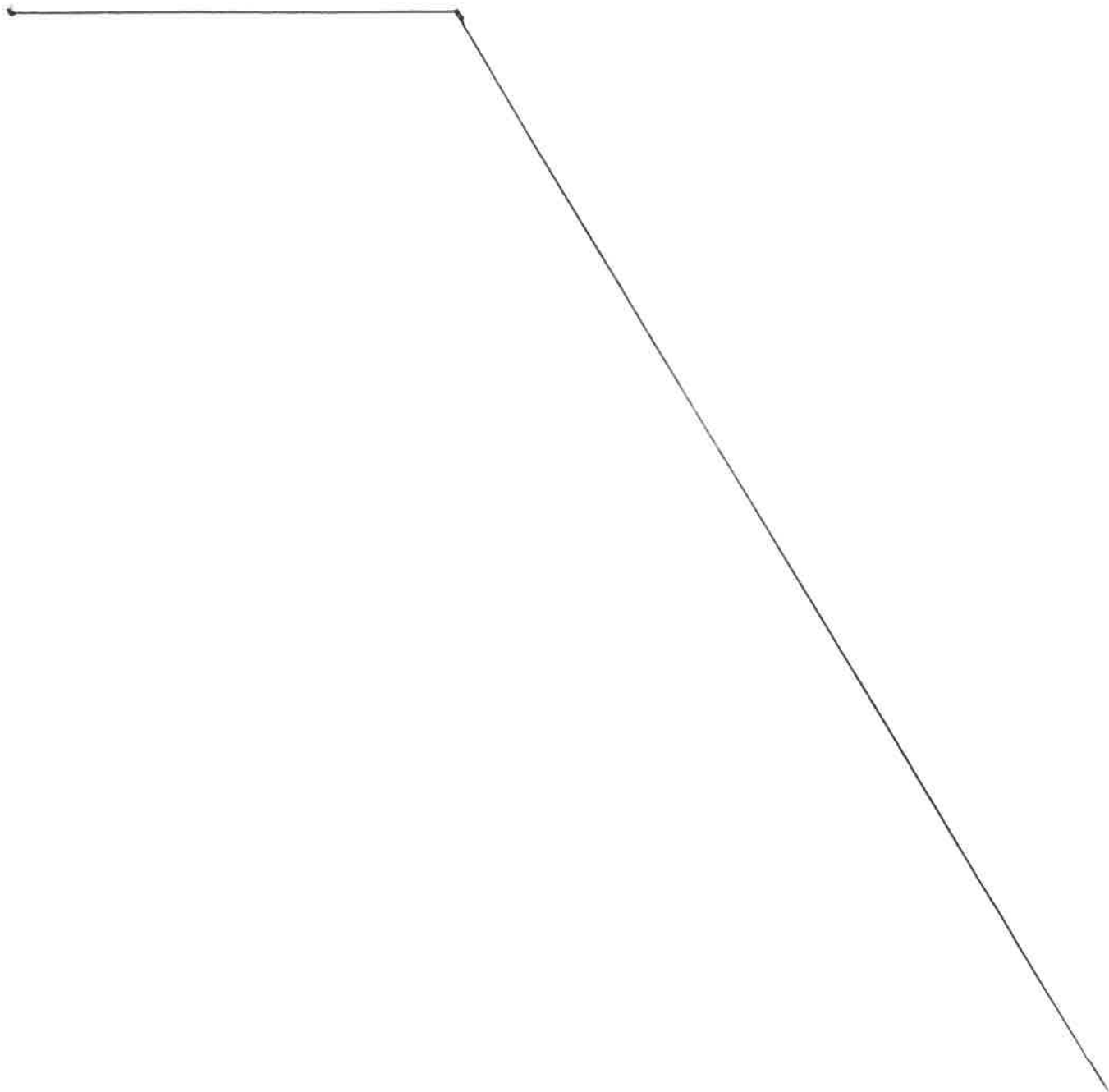
Assembleia Municipal de Gondomar, em 29 de Junho de 2020

pel' O Grupo Municipal da CDU,  
Cristina Coelho

----- VOTAÇÃO: **Aprovada por maioria**, com 27 votos a favor (21 PS + 6 VALENTIM), 4 votos contra (PSD) e 9 abstenções (6 CDU + 2 BE + 1 CDS-PP). -----

----- e) Terrenos – Prédio urbano sito na Rua Capela da Lagoa, em Valbom – Afetação ao domínio público municipal -----

----- VOTAÇÃO: *Aprovada por unanimidade.* -----



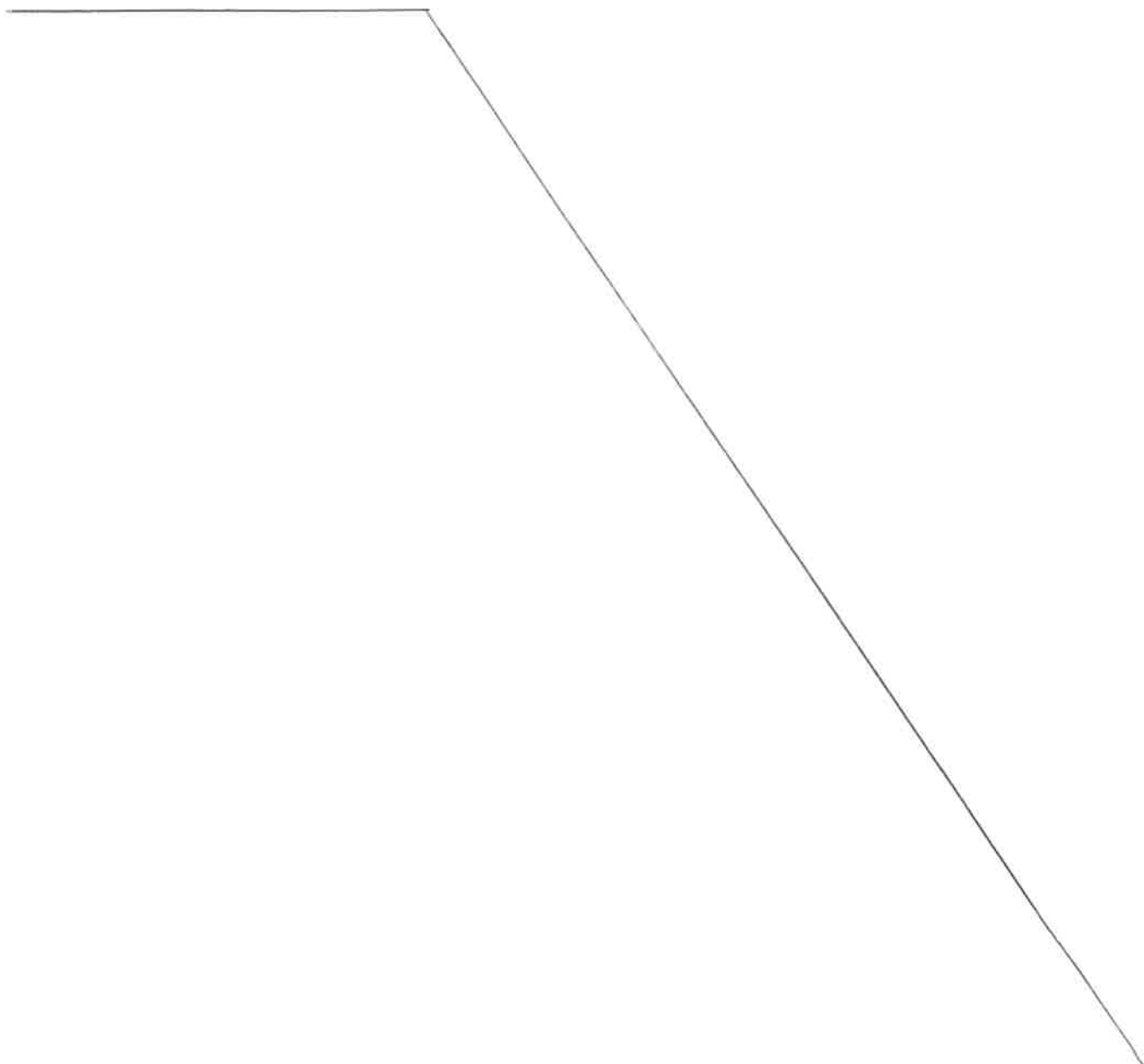
----- **f) Terrenos – Afetação ao domínio público municipal de parcela de terreno, com a área de 345,00m<sup>2</sup>, sita na Rua Luís de Camões, em Gondomar (S. Cosme) e inclusão no inventário municipal** -----

----- **VOTAÇÃO: *Aprovada por unanimidade.*** -----



----- g) Terrenos – Afetação ao domínio público municipal de duas parcelas de terreno, com as áreas de 2 222,00m<sup>2</sup> e 400,00m<sup>2</sup>, sitas na Travessa de S. Miguel, na Freguesia de Rio Tinto e inclusão no inventário municipal -----

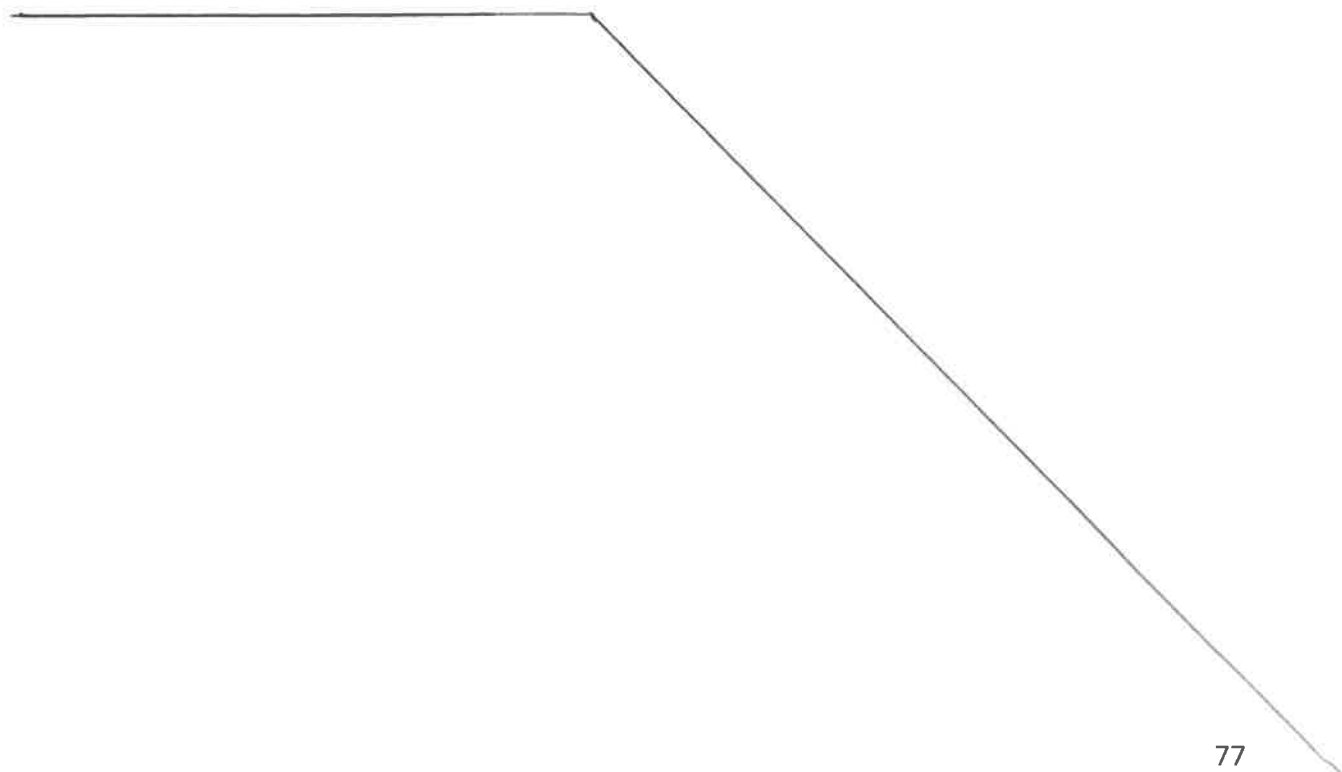
----- VOTAÇÃO: *Aprovada por unanimidade.* -----



----- **h) Alteração da delimitação da Área de Reabilitação Urbana (ARU) de S. Pedro da Cova e Fânzeres** -----

----- PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL – Esta alteração prende-se acima de tudo com os pedidos de alguns moradores, porque havia algumas zonas contíguas à ARU, entretanto aprovada, nomeadamente a zona do vinhal, de vilar e carvalha de baixo, que não estão abrangidos por esta área de reabilitação e portanto não podiam recorrer aos benefícios sociais associados e entretanto na reunião do executivo, a CDU fez uma proposta de uma pequena retificação na zona entre Beloi e o Carvalhal. Havia uma pequena parte de S. Pedro da Cova que estava fora da ARU e no fundo é pegar na ARU já existente e ampliá-la, quer para o lado poente junto à Avenida Dr. Dr. Mário Soares, quer para o lado sudeste entre Beloi e o Carvalhal. -----

----- OLINDA MOURA (CDU) – Leu e entregou declaração de voto, que adiante segue. -----



**DECLARAÇÃO DE VOTO****Ponto 2. h) – ARU de Fânzeres e S. Pedro da Cova – Alteração de limites**

Na Assembleia Municipal de 27 de setembro de 2018, os eleitos da CDU votaram contra o relatório/projeto final da Operação de Reabilitação Urbana (ORU) territorialmente coincidente com a Área de Reabilitação Urbana (ARU) de S. Pedro da Cova e Fânzeres, após um processo em que a CDU participou e apresentou sugestões, tendo alertado para a necessidade de se alargar a área delimitada nesta ARU, uma vez que a mesma deixava de fora importantes núcleos destas duas freguesias. A maioria PS não aceitou, dando como argumento que se teria de iniciar todo um procedimento administrativo que levaria ao adiamento de investimentos importantes.

Em fevereiro deste ano a Câmara propôs criar duas novas ARU correspondendo uma delas a parte do território de Fânzeres, tendo a CDU alertado que a Zona da Bela Vista aparecia integrada em duas ARU diferentes, o que era absolutamente desnecessário.

Passados todos estes meses desde o início deste processo em que a CDU viu rejeitadas as suas propostas, a Câmara vem agora propor a alteração dos limites desta ARU, ficando, assim, a existir duas Áreas de Reabilitação Urbana para o mesmo território que continua a deixar de fora uma parte dele. Temos assim uma ARU transformada numa manta de retalhos muito pouco compreendida.

É verdade que com esta nova proposta foi alargada a área territorial da ARU, o que corresponde às primeiras exigências da CDU, contudo, não podemos deixar de evidenciar que todo este processo significa prejuízos para as populações e para o município, com mais custos, mais projetos, novos atrasos nos investimentos, em suma, má planificação.

Por essa razão, o voto dos eleitos da CDU é de abstenção.

Assembleia Municipal de Gondomar, em 29 de junho de 2020

O Grupo Municipal da CDU

----- PEDRO VIEIRA (Presidente da Junta de Freguesia de Fânzeres e S. Pedro da Cova) - Uma breve nota sobre esta matéria da ARU. Há dois anos atrás foi apresentada a proposta da ARU na Câmara Municipal e posteriormente em dois locais, em Fânzeres e em S. Pedro da Cova, onde foram apresentadas propostas por moradores, pela Junta de Freguesia e que não foram aceites pela Câmara Municipal. Em relação a estas duas revisões, vai ao encontro daquilo que a CDU e a Junta de Freguesia apresentou e que a Câmara rejeitou. Vou votar a favor, pela área em que estou, mas queria deixar esta nota à Câmara Municipal que era preciso que houvesse mais colaboração e mais cooperação com as Juntas de Freguesia. -----

----- SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA – Senhores Deputados, vamos lá ver se esclarecemos isto. Fica muito bem vir para aqui falar do que não se sabe, o que os Senhores há dois anos vieram aqui discutir foi em sede de ORU – Operação de Reabilitação Urbana, ou seja, um conjunto de projetos que seguem àquilo que é a ARU. Vou voltar a recordar que em 2016, a Câmara e a Assembleia aprovaram os limites da ARU, aquilo que hoje está a ser aprovado é o limite alargado e depois de haver a Área de Reabilitação Urbana. Durante cinco anos há um prazo para executar uma operação de reabilitação urbana da ORU e em sede da ORU já não se pode alterar os limite das ARU e portanto há dois anos quando isso aconteceu, era impossível legalmente fazê-lo e é o que agora estamos a fazer e ao contrário daquilo que às vezes pensam, os contributos de todos não caem em saco roto. -----

----- VOTAÇÃO: **Aprovada por maioria**, com 30 votos a favor (21 PS + 6 VALENTIM + 1 CDU - Presidente Junta Freguesia de Fânzeres e S. Pedro da Cova + 2 BE), 4 votos contra (PSD) e 6 abstenções (5 CDU + 1 CDS-PP). -----

----- **i) Atividades de Enriquecimento Curricular – Procedimento concursal para o recrutamento de postos de trabalho da carreira e categoria de Técnico Superior** -----

----- SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA – Isto é o procedimento habitual, que todos os anos vem, para que se possa iniciar todo o trâmite administrativo, para que a tempo do arranque do ano letivo estejam disponibilizados os colaboradores, os professores que a Câmara coloca nas atividades das áreas da expressão dramática, da música, do desporto e do inglês. -----

----- CRISTINA COELHO (CDU) – Leu e entregou declaração de voto, que adiante segue. -----

**DECLARAÇÃO DE VOTO****Ponto 2 i) "Actividades de Enriquecimento Curricular (AEC) – Procedimento concursal para o recrutamento de postos de trabalho da carreira e de Técnico Superior"**

Não obstante o procedimento concursal visar dar resposta ao quadro de competências transferidas para o Município, em matéria de educação tal como previsto no normativo, é um facto que o executivo da Câmara Municipal de Gondomar (GDM) continua a ignorar as propostas que a CDU vem fazendo há alguns anos no sentido de promover o envolvimento de vários actores locais, nomeadamente, na área do desporto e do movimento associativo em algumas destas actividades.

Os eleitos da CDU também não podem deixar de reafirmar a necessidade de, junto do Governo e envolvendo outras autarquias, serem tomadas medidas que resolvam ou minimizem o problema da precariedade destes trabalhadores. Quem no Município "veste a pele" de trabalhador das Actividades de Enriquecimento Curricular vive na indefinição.

Por fim, uma vez mais, temos de sublinhar a importância do Município retomar o Projecto Educativo Municipal. Certamente que este instrumento permitirá que a intervenção municipal na componente educativa assuma um carácter estruturante, participado e prospectivo.

Assim, a posição da CDU será de **ABSTENÇÃO**.

Gondomar, Assembleia Municipal, em 26 de Junho de 2020

pel' O Grupo Municipal da CDU

Cristina Coelho

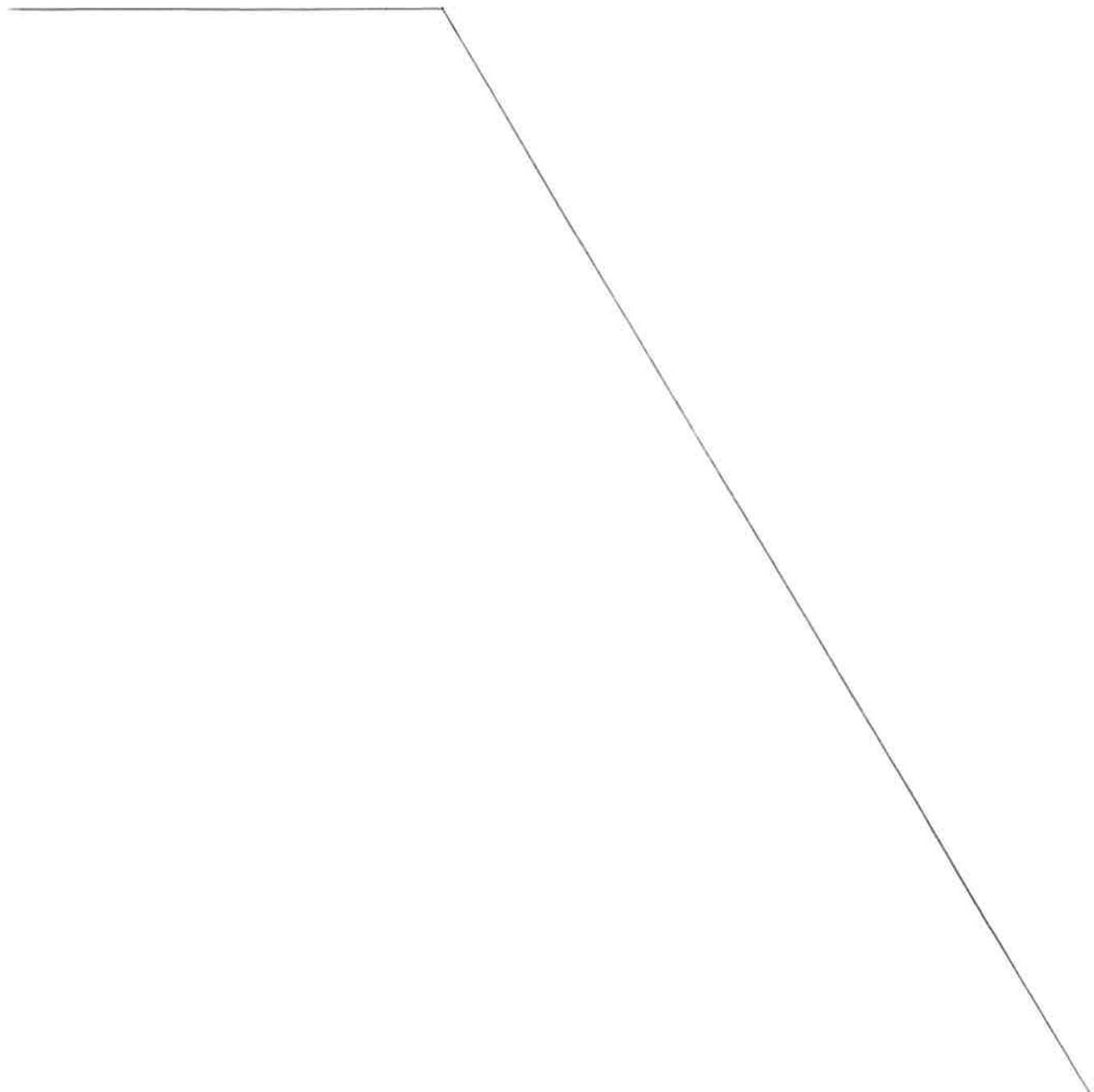
----- BRUNO PACHECO (BE) - Declaração de voto – “Relativamente a esta proposta o Bloco de Esquerda vai-se abster, igualmente como fez nos anos anteriores e de certa forma pelas mesmas posições, não por não acharmos a importância das AEC, que elas tem para o enriquecimento escolar e para o acompanhamento que é dado aos jovens, mas sim pela forma como este processo e estes concursos são feitos, ano após ano, onde não há respeito pela dignidade que é dada ao formador ou professor e todos os anos aposta a dignidade e a instabilidade persiste na vida destas pessoas. É algo que o Bloco de Esquerda tem de condenar e que não pode continuar. Continua a ser antagónica esta postura que o município tem ano após ano. Lançamos uma proposta para o ar, porque na realidade as pessoas continuam, ano após ano, a desempenhar funções permanentes para o executivo e vai-se colocar a questão de após cessar o ano letivo se essas pessoas podem continuar a exercer essa atividade para o executivo. Basta dar um exemplo muito concreto através, por exemplo, da aplicação do programa das férias escolares do enriquecimento das atividades, através das Casas da Juventude que durante esse período tem muitas das suas atividades cessadas e que podem ser complementadas aí. Fica lançada a proposta”. -----

----- VOTAÇÃO: **Aprovada por maioria**, com 32 votos a favor (21 PS + 6 VALENTIM + 4 PSD + 1 CDS-PP) e 8 abstenções (6 CDU + 2 BE). -----



----- **j) Instalação de esplanadas em espaços públicos – Para conhecimento** -----

----- *A Assembleia tomou conhecimento.* -----

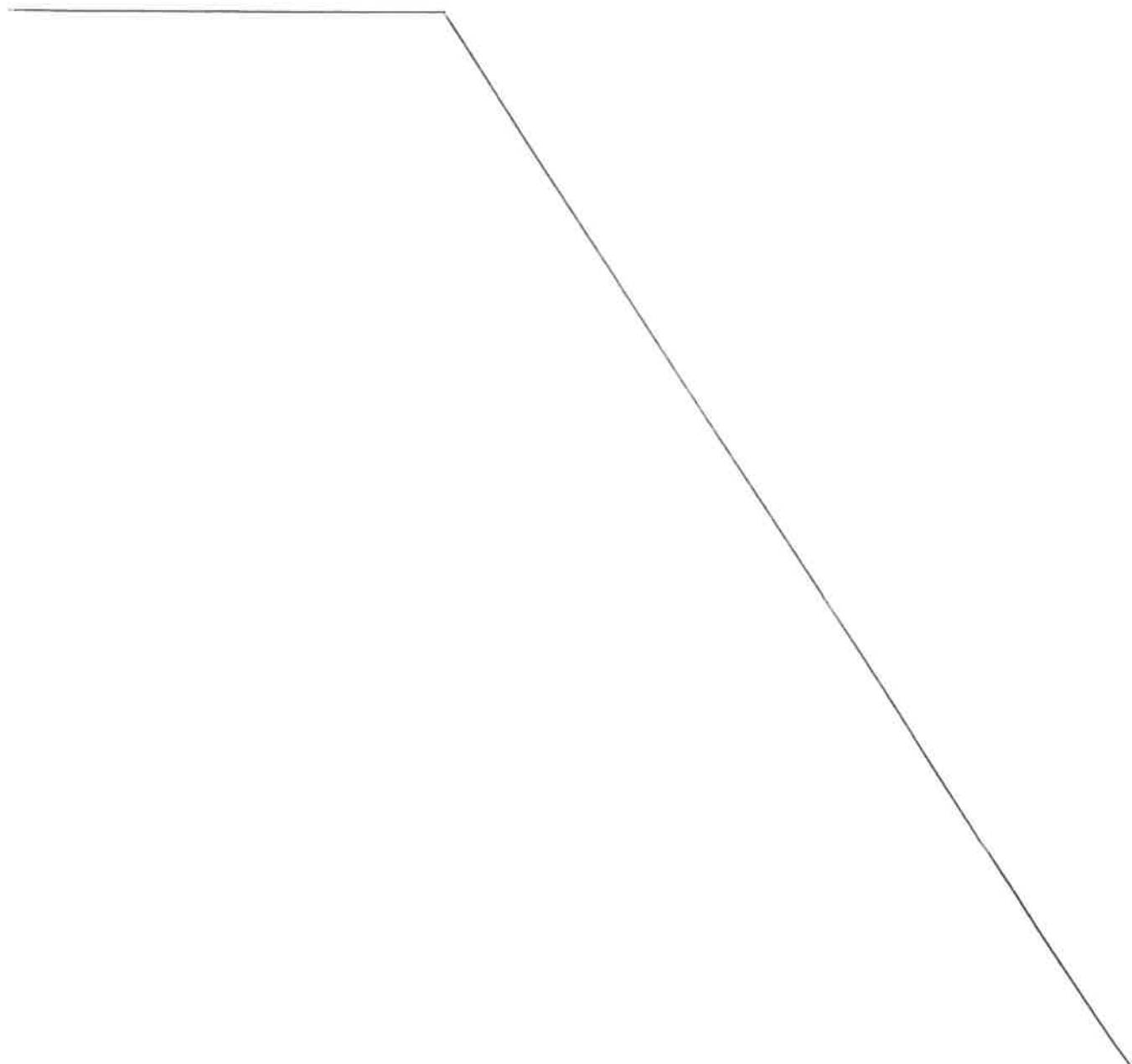




----- **k) Programa Gondomar Protege – Para conhecimento** -----

----- *A Assembleia tomou conhecimento.* -----

----- Pelo Grupo Municipal do BE, foi entregue declaração política, que adiante segue. -----



29. JUN 2020



*política*  
**Declaração de voto**

**Programa de emergência autárquico**

**Covid-19: Resposta à crise**

Vivemos durante as últimas semanas um cenário extraordinário nunca antes visto em plena democracia, a pandemia do Covid -19 , foi e será um duro golpe no status quo do nosso país seja a nível económico e financeiro, social, cultural e nas relações laborais.

Por isso e cada vez mais as autarquias terão de ter um papel político de uma resposta forte às necessidades da população.

As autarquias dispõem de meios e conhecimento essenciais na resposta a esta crise. São responsáveis por serviços públicos fundamentais e de proximidade. Contam com trabalhadores que conhecem bem o território e as populações e com meios e equipamentos (de cantinas a frota automóvel, passando por pavilhões e escolas) que podem e devem ser direcionados para a resposta à crise que estamos a viver.

O executivo de Gondomar até agora tem adotado uma resposta eficaz e concreta a esta crise que afeta não só o país mas também todo o concelho de Gondomar.

No entanto não basta ficar por aqui é preciso ir mais longe nas respostas políticas que podemos e devemos dar, para o Bloco de Esquerda ninguém pode ficar para trás.

Apresentamos ao longo das últimas semanas um conjunto de propostas que até agora não tiveram grande adesão do município e que com a sua aplicação seríamos certamente capazes de ir mais longe nas respostas às necessidades das populações.

**Defesa do emprego e luta contra a precariedade**

1- Aplicação por parte do executivo de um sistema de certificação social a todas as empresas que se candidatem a contractos públicos no município.

Este sistema terá como objetivo a identificação de situações de precariedade e abusos no trabalho e nos seus direitos e também de discriminações de género como condição de acesso e remuneração.

2-Criação de gabinete municipal de apoio à criação de emprego local, em articulação com centro de emprego, segurança social e direções regionais de economia.

29. JUN 2020

Este gabinete deve promover programas de intervenção territorial que integrem as medidas gerais existentes de emprego, formação profissional e incentivo às atividades económicas, que incluam incentivos territoriais específicos à diversificação produtiva e à criação de postos de trabalho permanentes.

Deve ainda acompanhar e apoiar iniciativas locais de criação de emprego, dando prioridade às áreas de artesanato, produção cultural e atividades ligadas ao património natural, cultural, urbanístico e turismo (natureza, rural, de aventura, cultural, gastronómico).

3. Urgente regularização laboral dos trabalhadores e trabalhadoras com vínculos precários e desempenham funções e atividades permanentes para o município.

### **Água um bem essencial a dispor de todos e todas.**

1- Alteração das taxas de pagamento, a aplicando a taxa de 0,7123 do 1º escalão sendo alargada também para o 2º escalão. Esta medida teria aplicação por um período de 6 meses

2- Isenção do pagamento da taxa fixa de água a todas as pessoas que tenham ficado desempregadas, pessoas que passaram para o regime de layoff ou com vínculos precários causados pelo surto pandémico e por conta própria.

3- As famílias em situação de carência provocada por este flagelo social (desempregados, pessoas em regime layoff, conta própria) devem ser abrangidas pelo programa da tarifa social e a mesma deve ter um alargamento para estas famílias de 15m<sup>3</sup> no 1º escalão.

4- Isenção da taxa de pagamento aplicada ao saneamento por um período de 6 meses. Em Gondomar por cada família que gaste 7m<sup>3</sup> durante 30 dias paga 7,72 euros na taxa de saneamento, no Porto com o mesmo cenário paga 3,28 euros. Percentualmente os Gondomarenses pagam cerca de mais 60% do que quem vive no Porto, isto é, mais do dobro do que é cobrado na cidade vizinha

5- Isenção do pagamento da taxa fixa de água, a associações e corporações de bombeiros, pelo período de 4 meses.

### **Reforço dos apoios sociais para quem perdeu rendimentos**

1. Alargamento dos apoios sociais aos agregados familiares que tenham perdido rendimentos devido a atual crise pandémica.

29. JUN 2020

2. Alteração dos critérios de acesso aos programas do social + (alimentação+, saúde+, habitação+, cabaz+), para que as pessoas inseridas nos exemplos anteriores não fiquem excluídas dos apoios.



#### **Acesso da escola a todos e todas**

1. Controle de entrega destes equipamentos aos alunos com necessidades económicas efetivas antes e pós a disrupção social/económica e que não sejam utilizados apenas os indicadores económicos das famílias anteriores á Pandemia, sendo também inseridos agregados cujo familiares perderam emprego, entraram em regime de layoff e trabalhadores por conta própria.
2. Fazer chegar este apoio também aos alunos com Necessidades Educativas Especiais.
3. Garantir que os alunos a que são entregues os tablets têm acesso a Internet ou a dados moveis, caso não tenham o Município devera garantir a instalação do acesso para que os alunos possam usufruir dos equipamentos na sua plenitude.
4. Criar uma linha de apoio técnico aos pais e alunos.

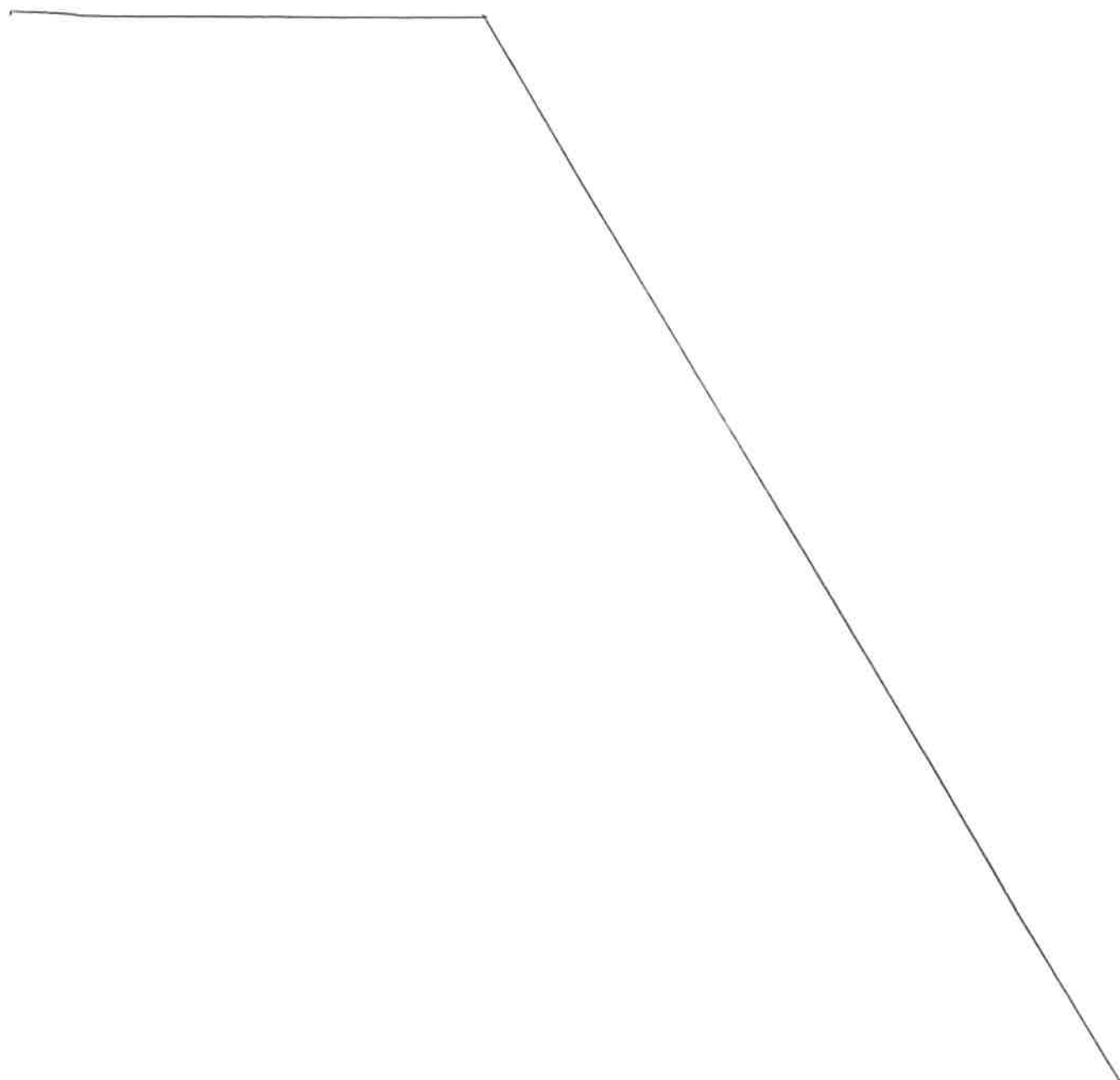
Grupo Municipal do Bloco de Esquerda





----- **I) Adjudicações no âmbito do combate à pandemia COVID-19 (ao abrigo da Lei nº 12/2020, de 7 de maio) – Informação** -----

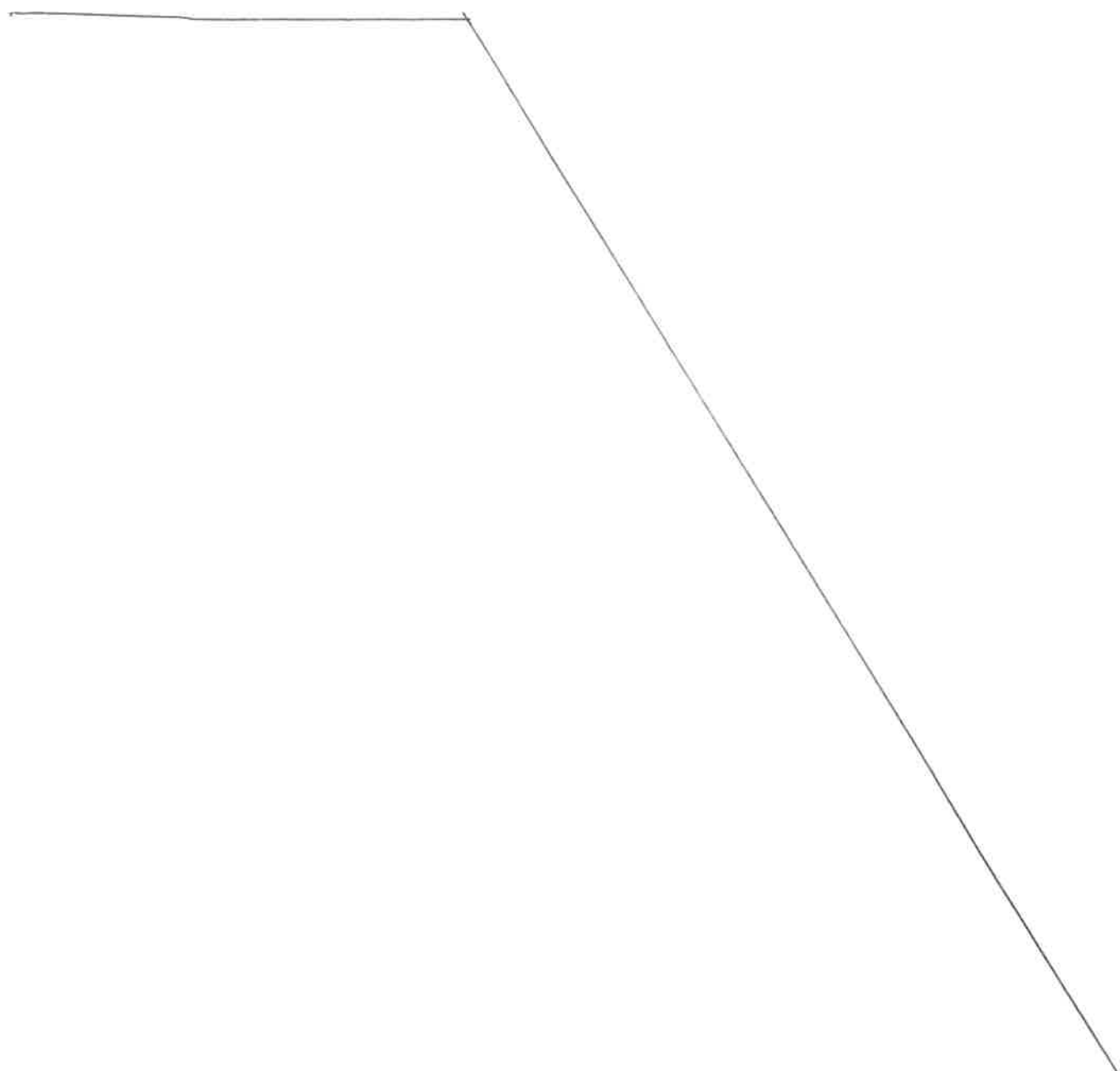
----- *A Assembleia tomou conhecimento.* -----





----- **3. Informação do Presidente da Câmara – Alíneas b) e c) do nº 2 do artigo 25º, conjugado com o nº 4 do Artigo 35º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro (fevereiro a maio de 2020).** -----

----- *A Assembleia tomou conhecimento.* -----



----- **C) PERÍODO DE DEPOIS DA ORDEM DO DIA** -----

----- Não houve intervenções por parte do público. -----

----- OLINDA MOURA (CDU) – Pediu que ficasse registado em ata que nesta Assembleia o eleito Luís Fernandes, da CDU, não pôde usar da palavra, dado que o seu Grupo Municipal tinha ultrapassado o tempo regulamentar. -----

----- FERNANDO CERQUEIRA – Declaração – “O Grupo Parlamentar do Partido Socialista subscreve a posição da mesa, porque efetivamente existe o regimento, que foi aprovado por unanimidade por esta Assembleia e, portanto, o regimento é para começar a cumprir-se. Se não estamos de acordo com o regimento propomos uma alteração”. -----

----- Pelo Grupo Municipal do BE, foi entregue declaração política, sobre o ponto 2-k), a qual do referido ponto. -----

----- SENHOR PRESIDENTE DA MESA DA ASSEMBLEIA – Estas declarações vão constar da ata, porque podiam ser apresentadas na próxima sessão. Depois de eu dar a palavra ao público os Senhores não podem fazer esse tipo de solicitações. -----

----- A sessão foi encerrada à 1 hora, do dia 30 de junho de 2020. -----

O PRESIDENTE DA MESA,

O PRIMEIRO SECRETÁRIO DA MESA,